

COLETÂNEA  
EDUCAÇÃO POPULAR  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

**economia  
solidária,  
compras  
institucionais  
e finanças  
solidárias**

Vanuza Vieira  
Cristina Gusmão

**CADERNO PEDAGÓGICO**

**economia  
solidária,  
compras  
institucionais  
e finanças  
solidárias**

**MXM Gráfica e Editora**

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105

Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO

NÃO-COMERCIAL

COMPARTILHA IGUAL

COLETÂNEA  
EDUCAÇÃO POPULAR  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

**economia  
solidária,  
compras  
institucionais  
e finanças  
solidárias**

Recife, 2018

Vanuza Vieira  
Cristina Gusmão

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA  
TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO  
NORDESTE – CFES/NE**

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO  
ADMINISTRATIVA**

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

**EQUIPE EDITORIAL**

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

**AUTORA DO TEXTO ACESSO A MERCADOS  
E COMPRAS INSTITUCIONAIS**

Vanuza Neves Vieira | Educadora popular, pedagoga, especializanda em Gestão do desenvolvimento territorial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua há 10 anos no meio rural com a Agroecologia e a educação popular pelo CEDRO – Centro de ecodesenvolvimento-BA. Integra o COEDUCA – Coletivo de educadoras e educadores populares em economia solidária da Bahia.

**AUTORA DO TEXTO FINANÇAS SOLIDÁRIAS**

Cristina Gusmão | Cearense, socióloga-educadora, militante da economia solidária, membro-fundadora da Rede nacional de fundos solidários.

**REVISÃO**

Mariana Pires Santos

**ILUSTRAÇÃO DE CAPA**

Thiago Liberdade

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

---

V658e      Vieira, Vanuza  
Economia solidária, compras institucionais e finanças solidárias: caderno pedagógico / Vanuza Vieira, Cristina Gusmão.– Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018.  
147 p. : il. – (Educação popular e economia solidária no Nordeste)

Com: Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE: caderno pedagógico / Vanuza Vieira – Finanças solidárias: caderno pedagógico / Cristina Gusmão.

Inclui referências.  
ISBN 978-85-65501-55-2

1. Economia solidária 2. Compras institucionais 3. Finanças solidárias 4. Agricultura – Sociedade, etc. I. Gusmão, Cristina II. Título III. Título: Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE: caderno pedagógico IV. Título: Finanças solidárias: caderno pedagógico V. Série

CDD 370 E19

---

- 9** ***Apresentação***
- 13** ***Acesso a mercados e compras institucionais:***  
*A experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE*
- 15** ***Introdução***
- 19** ***A busca pelo Bem Viver na agricultura familiar***
- 24** **O assentamento Vaza Barris**
- 26** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** A luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris
- 28** **A comunidade de Aruanda**
- 30** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** O Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda, em Itanhém – BA
- 33** ***Acesso ao mercado institucional: da lei à prática do povo***
- 39** ***A chegada ao chão de vida e trabalho das experiências por meio da pesquisa-ação***
- 47** ***O desafio da adaptação das comunidades às políticas públicas. Ou o inverso?***
- 61** ***Os aprendizados do povo e das comunidades com as experiências***
- 67** ***Referências***

- 71** *Finanças Solidárias*
- 73** *Introdução*
- 79** *A economia e seus significados*
- 83** *Economia solidária*
- 84** *A economia solidária e sua prática a partir do território*
- 89** *As finanças solidárias*
- 91** *As finanças solidárias no Brasil*
- 93** *Os Fundos Rotativos Solidários (FRS)*
- 95** *Bancos Comunitários de Desenvolvimento*
- 97** *Cooperativas de Crédito Solidário*
- 101** *As práticas de economia solidária no nordeste e a reciprocidade*
- 109** *As finanças solidárias como práticas educativas de transformação social e promoção do Bem Viver*
- 111** *As finanças solidárias e a educação popular*
- 113** *A pesquisa-ação como estratégia para a produção de conhecimentos na educação popular em economia solidária*

- 117** *A pesquisa-ação “Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos no agreste paraibano”*
- 119** *Quando e como surgiu o Fundo Rotativo Solidário*
- 120** *A organização, os objetivos e a importância do Fundo*
- 124** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** *Agricultura familiar com base nos fundos solidários da criação de suínos na Paraíba*
- 127** *A pesquisa-ação “As relações e interações entre o banco comunitário e a comunidade”*
- 132** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** *As relações e interações entre banco comunitário e a comunidade*
- 135** *As pesquisas e seus aprendizados*
- 139** *Finanças solidárias e políticas públicas*
- 144** *Referências*





# Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos Projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. Ele é um fruto das conquistas da ação política e pública realizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em particular das educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica no meio urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria) com vista a disputar os recursos públicos para este fim, dando origem ao CFES.

O CFES tem uma atuação regional e nacional com o objetivo de formar educadoras e educadores em Economia Solidária que trabalhem com a formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias pelas trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2009.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda de 2013 a março de 2018. Nas duas fases o CFES-NE teve a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar, que desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações das educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras Redes e Movimentos Sociais, componentes do Conselho Gestor.

O Nordeste (NE) tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um novo conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e nos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas reuniram: apoio a articulação das educadoras e educadores em economia solidária, seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleo de educadores e educadoras populares dos estados da Região, entre outros movimentos populares e instituições.

Os cursos tiveram como objetivo promover a formação autogestionária e o intercâmbio entre as educadoras e os educadores em economia solidária do Nordeste, a partir das demandas apresentadas por elas e eles, e construir referências para a educação popular em economia solidária por meio das vivências e da valorização dos diversos saberes. A educação popular exerce uma função primordial na vida dos sujeitos, educadores e educadoras, como ação libertadora que nos permite transcender a outra dimensão e transitar em contextos distintos, com um novo olhar. Ela sempre nos oferece abertura para romper barreiras e ultrapassar limites na busca permanente por novos mundos.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes desses cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no Nordeste. Neste caderno, reunimos dois textos: **“Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE”**, escrito por Vanuza Vieira; e **“Finanças solidárias”**, escrito por Cristina Gusmão.

As pesquisas-ação que servem de inspiração ao tema acesso aos mercados institucionais foram realizadas pela educadora Vanuza Vieira, com orientação metodológica de Alzira Medeiros, e pelo educador popular Messias Calazans, sob orientação de Mônica Vilaça. Ambas são coordenadoras pedagógicas do CFES-NE. As pesquisas foram feitas junto a agricultoras e agricultores familiares de duas comunidades rurais nordestinas.

Também foram duas as pesquisas-ação sobre as experiências com as finanças solidárias: **“As relações e interações entre banco comunitário e comunidade”**, realizada por Mauro Rodrigues da Silva, Maria Claudina dos Santos Oliveira e Tatiana Georgia M. Torquato, em Pedro II, no Piauí; e **“Agricultura familiar com base nos fundos solidários da criação de suínos na Paraíba”**, realizada por Maria José Felipe Filha e Andreza Alves Rodrigues Guimarães, na comunidade Tobias Ribeiro, em Juarez Távora, na Paraíba. Ambas com a orientação metodológica de Alzira Medeiros.

As questões que emergem neste caderno brotaram das pesquisas-ação realizadas, como já mencionamos. Entretanto, não vamos aqui apresentar os relatórios, mas trazer algumas reflexões a partir do olhar e das experiências das autoras sobre os resultados e desafios da pesquisa, e de suas sugestões de continuidade para avançarmos na educação popular em economia solidária, que acena de maneira interessante para futuros mergulhos no cotidiano das experiências no chão de vida e de trabalho.

Boa leitura.



**CADERNO PEDAGÓGICO**

# **acesso a mercados e compras institucionais**

*a experiência de  
associações de  
agricultoras e  
agricultores com  
o PAA e o PNAE*

**Vanuza Vieira**



# ***Introdução***






Como foi dito na apresentação deste caderno, vamos trazer um exercício de reflexão sobre as duas pesquisas-ação realizadas com agricultores e agricultoras familiares de duas comunidades rurais nordestinas. Uma das pesquisas foi realizada na comunidade de Aruanda, município de Itanhém, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, por Vanuza Vieira; e a outra foi feita no Assentamento Vaza Barris, município de Pinhão, Território Agreste Central Sergipano – SE, por Messias Calazans.

Assim, apresentamos aqui uma análise sobre as condicionantes de acesso às políticas públicas de compras governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, principalmente no que se refere às exigências para acesso aos programas. Também nos debruçamos sobre as estratégias desenvolvidas pelas associações para a superação dos desafios e os impactos gerados nas comunidades que acessaram essas políticas públicas.





***A busca pelo  
Bem Viver  
na agricultura  
familiar***



Ao contrário do que muitos pensam, o Bem Viver não se trata de mais uma alternativa de desenvolvimento, mas de uma concepção de vida inspirada no modo de ver e se relacionar com o mundo dos povos originários dos Andes e Amazônia, com respeito à diversidade e à natureza. Conforme assinala Alberto Acosta, em seu livro *Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, publicado no Brasil em 2017, para construir o Bem Viver é preciso uma outra economia, que se reencontre com a natureza e atenda às demandas da sociedade, não do capital.

Esta outra economia deve ser pautada nos princípios de solidariedade, harmonia e responsabilidade, visando à construção de um sistema econômico de base comunitária, vinculado à proteção do meio ambiente, promotor de igualdade e justiça social. Desta forma, coloca-se contrária aos valores defendidos pelo capitalismo, que se fundamenta na ampliação constante do consumo em função da acumulação do capital.

Assim, o Bem Viver sugere uma mudança para além dos sistemas produtivos, sobretudo, nos padrões de consumo, de modo que permita satisfazer as necessidades atuais sem afetar as oportunidades das futuras gerações, constituindo um ambiente favorável à estabilidade e harmonia nas relações estabelecidas entre o ser humano e outros seres não humanos, traduzindo-se em qualidade de vida.

No Brasil, ainda não há um acordo no debate sobre a relevância e a função que a agricultura familiar desempenha no país, embora exista um conjunto de produções acadêmicas que comprovam as vantagens da agricultura familiar em relação ao agronegócio. O que parece evidente é a vinculação entre as formas de agricultura praticadas pela agricultura familiar e o Bem Viver, pois, de maneira geral, esta agricultura preocupa-se com os impactos que sua ação pode oferecer sobre a natureza e nas relações sociais dos territórios onde se insere.

A dinâmica de produção da agricultura familiar tem como princípios a diversificação das práticas produtivas pautadas no respeito ao meio ambiente e à pluralidade de seres vivos que o habitam. O que certifica a qualidade da produção e o potencial da agricultura familiar é a forma como ela se desenvolve, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares, a conservação da biodiversidade, a permanência do homem e da mulher no campo, a segurança alimentar, a qualidade agroecológica, entre outras coisas.

O acesso ao mercado sempre foi um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores e agricultoras familiares. Quem produzia com a finalidade de escoar

o excedente da produção se deparou com esse obstáculo durante anos.

A ausência de políticas públicas de compras institucionais voltadas para os agricultores e agricultoras familiares era uma das grandes barreiras à comercialização.

A partir da luta de agricultoras e agricultores familiares organizadas e organizados em movimentos sociais do campo, em 2 de julho de 2003 foi promulgada a Lei nº 10.696, que cria o

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Inicialmente gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o PAA adquire a produção da pequena agricultura, na modalidade mais acessada pelas organizações da agricultura familiar – a doação simultânea –, e realiza a entrega da produção a entidades filantrópicas e órgãos públicos de assistência social. Em 2009, após intensos

### **COMPRAS PÚBLICAS OU MERCADOS INSTITUCIONAIS**

São realizados por prefeituras e governos estaduais ou federal entre outras para alimentar as instituições públicas. No caso da alimentação, são adquiridos produtos naturais, oferecidos a escolas, hospitais ou outras instituições públicas. Estas compras alimentam aquilo que chamamos de mercados institucionais, pois são feitas por instituições públicas.

debates dos movimentos sociais do campo que lutam pela garantia de direitos da agricultura familiar e pela soberania e segurança alimentar e nutricional, reunidos em especial no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), conseguiu-se a aprovação da Lei nº 11.947/09 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que em seu artigo 14 estabelece:

**“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”**(grifo nosso).

O PNAE é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mantido pelo governo federal e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por vários aspectos, como a dispensa de licitação, aquisição com doação simultânea a entidades locais, essas políticas públicas se converteram em uma ferramenta de protagonismo da agricultura familiar.

A função de qualquer política pública designada para o fortalecimento da agricultura familiar é a de aumentar as “possibilidades” dos agricultores e das agricultoras para que possam ter igualdade de direitos em nossa sociedade. Essas políticas devem ser elaboradas no sentido de permitir que a maioria dos agricultores e agricultoras familiares possa acessá-la, possibilitando-lhes gerar renda e melhorar suas condições de vida, bem como qualificar as relações entre os seres humanos e não humanos.

Para o acesso ao PNAE e ao PAA, é indispensável que os agricultores e agricultoras familiares estejam organizados sob alguma forma – associação ou cooperativa, por



exemplo – e que no mínimo 70% de seus sócios tenham a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Um grande número de associações e cooperativas da agricultura familiar está conseguindo acessar o PAA em âmbito municipal e regional, no entanto, o programa tem consolidado exigências sanitárias e burocráticas que estão fora do contexto da agricultura familiar, em especial do Nordeste. Quanto ao PNAE, os municípios com maiores demandas têm dificuldade de comprar dos agricultores e das agricultoras, seja pela fragilidade das suas organizações, que muitas vezes não têm produção suficiente, seja pela burocracia imposta pelos próprios compradores públicos, como, por exemplo, o excesso de documentação ou, ainda, um cardápio inadequado à realidade de produção das famílias.

Com o mergulho nas pesquisas-ação, buscaremos analisar as dificuldades e avanços dessas políticas públicas, principalmente quanto à condição de acesso das agricultoras e dos agricultores. Veremos também como elas e eles criam estratégias para a superação dos desafios e o enfrentamento dos impactos gerados nas comunidades que acessaram as compras governamentais através do PAA e PNAE.

## **O assentamento Vaza Barris**

A comunidade rural do assentamento Vaza Barris está localizada a 6 quilômetros do município de Pinhão, no estado de Sergipe (conforme mostra a Figura 1).

A ocupação da propriedade se deu através da mobilização popular. Após seu abandono pelos herdeiros do proprietário original (Sr. Antonio de Dorinha), o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhão organizou algumas famílias sem terra e solicitou uma vistoria ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Em 1996, o Incra finalizou o processo de desapropriação e, em 1998, as famílias receberam os títulos de posse definitivos, com uma área de 60 tarefas

para cada família. Na BA uma tarefa é igual a 4.356 m<sup>2</sup>, menos que 1 hectare que mede 10.000 metros quadrados.

**FIGURA 1**



O processo produtivo da comunidade é baseado na agricultura, tendo como culturas principais o roçado de milho e feijão, abóbora, macaxeira (mandioca) e maracujá. Como atividade complementar, as famílias também criam pequenos animais, como ovelhas e galinhas, por exemplo.

O município de Pinhão e, conseqüentemente, o assentamento Vaza Barris estão alocados no Território do Agreste Central Sergipano, que possui uma população de 222.197 pessoas e é marcado ainda pela presença de pequenas indústrias de cerâmica e de material de transporte e por ser o principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do Estado.

## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***A luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris***

**MANOEL MESSIAS C. DE OLIVEIRA**

O presente estudo vem discutir a luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris, no município de Pinhão, em Sergipe (SE), a partir da forma como tais agricultoras e agricultores desenvolvem seu trabalho com a terra e com a lavoura e realizam a comercialização de sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A comunidade Assentamento Vaza Barris é resultado do processo de assentamento de 50 famílias em uma fazenda abandonada que foi reivindicada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhão junto à Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O assentamento começa em 1997 e, no ano seguinte, seus moradores e suas moradoras conquistam o título de posse da terra.

Desde então, as agricultoras e os agricultores passaram a cultivar milho, feijão, abóbora, macaxeira e maracujá e também a criar pequenos animais, como ovelhas e galinhas. No início, costumavam trocar entre si os produtos e também realizavam campanhas para a construção de uma capela que favoreceria os festejos da comunidade.

Com o passar do tempo, as agricultoras e os agricultores buscaram outras formas de comercializar seus produtos, recorrendo, assim, ao PAA, mas se depararam com um problema: a necessidade do Selo de Inspeção Municipal (SIM) para participar de processos de compras governamentais. A solução construída na comunidade foi obter o SIM através de um agricultor e organizar a comercialização de todos os produtos através dele.

A atividade da pesquisa-ação desenvolveu-se por meio de oficinas, a partir do entendimento de que a educação popular em economia solidária é uma prática social que leva o sujeito homem e mulher a refletir e se transformar. Nesse processo, foi preciso estudar a pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, para entender que a metodologia a ser aplicada nas oficinas deveria ser baseada no respeito e na escuta do outro.

Como resultado, observamos que este espaço de reflexão ajudou a comunidade a fortalecer a solidariedade entre seus integrantes e suas integrantes, a reconhecer estratégias para a construção da autonomia e a valorizar a produção de alimentos agroecológicos.

## A comunidade de Aruanda

A comunidade de Aruanda está localizada a 8 quilômetros da sede do município de Itanhém, na Bahia, no Território de Identidade do Extremo Sul do Estado. Este território é composto por 13 municípios e, segundo o censo do IBGE de 2010, tem uma população de 416.989 habitantes, sendo que 76,78% residem em área urbana e 23,21% em área rural.

Aruanda é referência no município pela sua organização. A comunidade é constituída por 66 famílias proprietárias de pequenas áreas, entre 5 e 20 hectares, onde conciliam a produção agrícola, através de práticas agroecológicas, e a criação

de gado, que é feita em pequena quantidade por conta do tamanho das propriedades.

Em 1998, com assessoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da ONG Terra Viva e da Prefeitura Municipal, foi fundada a APPRA – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aruanda, constituída por agricultores e agricultoras familiares, com o objetivo

de contribuir para a transição agroecológica das famílias. Para isso, era importante organizar a produção e a comercialização e construir processos de organização local para que a comunidade pudesse ser mais autônoma.

Em 2006, os canais de comercialização acessados pelos agricultores e agricultoras eram principalmente a feira livre e o atravessador. O grupo sentia a necessidade de buscar outras formas de comercialização e, por isso, em 2008, conseguiu acessar pela primeira vez o PAA.

Embora não haja consenso sobre o conceito de transição agroecológica, diferentes leituras nos levam a afirmar que este é um processo de implantação de formas de produção, comercialização e consumo que respeitam os ecossistemas naturais, garantindo o acesso à terra fortalecimento das lutas camponesas por igualdade de direitos e pela transformação social.

O município de Itanhém, que possui 20.216 habitantes, tem um problema muito sério, como a maior parte dos municípios no Brasil: a maioria das terras com condições favoráveis para o cultivo de alimentos está concentrada nas mãos de grandes pecuaristas. A agricultura familiar tem se desenvolvido em pequenas propriedades, com dificuldade de acesso e poucas condições para se expandir, por exemplo, quando aumentam as necessidades dos membros das famílias. Os produtos hortifrutigranjeiros dos supermercados da cidade vêm do Ceasa de Vitória, capital do Espírito Santo, visto que a produção da agricultura familiar local não é suficiente para o seu próprio sustento e o abastecimento da feira livre, dos supermercados e, agora também, dos programas governamentais.

## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***O Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda, em Itanhém – BA***

**VANUZA NEVES VIEIRA**

O acesso aos mercados sempre foi um dos principais gargalos enfrentados pelos agricultores e agricultoras familiares que produziam com essa finalidade. A ausência de políticas públicas de compras institucionais era um grande obstáculo à produção.

Instituídos em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgiram como resposta aos debates e demandas dos movimentos sociais que buscavam alternativas à insegurança alimentar e ao enfraquecimento da agricultura familiar. Por diversas razões, como a dispensa de licitação e a aquisição com doação simultânea para entidades locais pelo poder público, essas políticas públicas se converteram em uma ferramenta de protagonismo da agricultura familiar.

O município de Itanhém foi o primeiro do Extremo Sul da Bahia a acessar o PAA. Para apreender informações e reflexões que permitissem ampliar o conhecimento crítico sobre estas práticas, foi realizada uma pesquisa-ação junto a Agricultores e Agricultoras familiares da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aruanda (APPRA) que, desde 2008, têm acessado o PAA e, a partir de 2010, o PNAE.

No campo metodológico, foram utilizados os referenciais teóricos propostos por Michel THIOLENT, no livro *Metodologia da Pesquisa-Ação*, publicado em 1985, e ferramentas técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conforme preceituado por Frans GEILFUS, em *80 Ferramentas para o Desenvolvimento participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*, publicado pelo Prochamate-IICA, em 1997. E para a abordagem teórica sobre agroecologia, recorreremos às contribuições de Alzira MEDEIROS; Maria Virginia AGUIAR; Ana DUBEUX no livro *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*, publicado em 2015, bem como a Ivani GUTERRES no livro *Agroecologia Militante: Contribuições de Enio Guterres*, publicado em 2006 e Miguel ALTIERI, em *Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável*, livro publicado no Brasil em 1998, que foram um importante suporte.

Apesar das significativas mudanças oriundas do acesso ao mercado, especialmente na ampliação da renda, a APPRA sentia a necessidade de gerar reflexões sobre essas ações. A concentração de todos os esforços no acesso ao mercado, centralizando as estratégias de comércio no PAA e PNAE, é questão que a pesquisa-ação buscou responder.

A pesquisa aferiu que a APPRA avançou consideravelmente na sua capacidade de mobilização e produção, tornando-se referência municipal pelo nível organizacional. Entretanto, necessitava ampliar as possibilidades para o alcance do bem viver das pessoas envolvidas na associação e da comunidade. O trabalho realizado fortaleceu o vínculo com os atores da pesquisa, e a imersão no cotidiano da agricultura familiar possibilitou reconhecer um universo peculiar onde as situações vivenciadas têm mobilizado as mulheres e os homens envolvidos na associação para que, de forma autônoma, definam suas prioridades e ações na superação dos problemas.





***Acesso ao mercado  
institucional:  
da lei à prática do povo***

Numa perspectiva orientada pela propaganda oficial do PAA e do PNAE, bem como pelos intensos relatos das comunidades e órgãos de assessoria sobre essa forma de acesso aos mercados institucionais, esses programas são vistos como uma maravilhosa política pública que tem levado ao crescimento socioeconômico de inúmeras comunidades rurais Brasil afora.

Diante desse contexto, e tendo em mente a importância da comercialização para a agricultura familiar e suas iniciativas de economia solidária, a educadora e o educador à frente da pesquisa-ação se propuseram a realizar uma reflexão sobre o tema, buscando, junto com as comunidades, mobilizar um conhecimento

mais aprofundado sobre o acesso às referidas políticas públicas.

## RESILIÊNCIA

Um termo muito utilizado nas ciências naturais e está ligado à capacidade dos sistemas socioprodutivos de resistir às crises, persistir e superá-las, sejam elas financeiras, climáticas, organizacionais, entre outras.

No entanto, o que se viu no “chão das comunidades” não foi uma receita agroecológica pronta de como produzir e acessar o PAA e o PNAE. Observou-se um processo de aprendizagem contínuo, em que a engenhosidade

humana e a resiliência da agricultura familiar são testadas no seu cerne, para superar e suprimir diferentes barreiras impostas pela burocracia estatal, pela concorrência do agronegócio, ou mesmo pelos conflitos e insensibilidades inerentes à estrutura agrária com a concentração de terras.

O acesso ao mercado através do PAA e PNAE, de acordo com as pesquisas-ação realizadas, constitui-se principalmente como ferramenta de inclusão socioeconômica das comunidades. Mas esse acesso também gera adversidades que devem ser tratadas cotidianamente, como, por exemplo: a necessidade de

ampliação da produção, o fortalecimento organizacional ou, pura e simplesmente, a manutenção da associação local no programa.

Vale destacar que, em cada comunidade, os agricultores e as agricultoras familiares tiveram que remodelar algumas das suas rotinas para garantir a participação nos mercados institucionais:

- Em Aruanda, o que ficou evidente como principal estratégia de adaptação aplicada é que os agricultores e as agricultoras não se apegam ao que está descrito como “sua entrega” nos projetos de venda. Para eles, o que importa é que o maior número de agricultores e agricultoras participe do programa, seja entregando pequenas quantidades de produto cada um, ou mesmo um substituindo o outro no calendário de entregas. Além disso, a pesquisa-ação demonstra que o monitoramento mensal das entregas de cada família cadastrada fortalece os laços de solidariedade, pois elas se ajudam para garanti-las. Por outro lado, as famílias têm reduzido as outras estratégias de comercialização e produção. Por exemplo, a participação em feiras livres é hoje considerada muito trabalhosa. Além disso, a inclusão de determinado produto no projeto de entrega para o poder público amplia sua produção em detrimento de outros itens, gerando monocultivo e dependência dos agricultores em relação à política pública.
- Em Vaza Barris, a solidariedade se manifestou quando um agricultor por seus próprios esforços, conseguiu licença na vigilância sanitária para um pequeno frigorífico e, com isso, passou a receber toda a produção animal da comunidade, beneficiando-a e repassando-a para o PNAE. Assim, um potencial concorrente, que poderia anular o fornecimento e os ganhos de toda a comunidade, tornou-se um parceiro que a fortalece.

No entanto, as comunidades, em geral, não conseguem romper as barreiras impostas pelas legislações sanitárias, que normalmente são determinadas a partir da lógica dos grandes grupos do agronegócio.

As pesquisas demonstram ainda que a inserção das famílias nestes programas é muito importante para a ampliação do aprendizado com a educação popular, para a inclusão social e para o desenvolvimento integral dos indivíduos que deles participam.

A transição agroecológica já é praticada por muitos agricultores e agricultoras nas comunidades pesquisadas, por fazer parte da lógica das famílias que as compõem. Assim, os educadores e educadoras populares consideraram muito importante analisar o conteúdo técnico e político desses programas de políticas públicas para sistematizar informações e reflexões que permitam ampliar o conhecimento crítico sobre as práticas, identificar possíveis orientações comuns que possam apoiar outras iniciativas e conhecer melhor a metodologia de ação das organizações que desenvolvem e contribuem para a construção destas políticas públicas.

Hoje, considera-se que as organizações e comunidades têm conseguido incluir os agricultores e as agricultoras em vários debates. Mas, ainda assim, há algumas fragilidades que brotam da necessidade de formação e de busca por novos conhecimentos. Dessa forma, compreende-se que o processo de aprendizagem deve se pautar não somente na evolução da renda ou nos avanços no plano educacional, mas, sobretudo, no fortalecimento da autoestima, da confiança mútua e da percepção de cada pessoa como ser único, cidadão e cidadã e sujeito do processo.

Por outro lado, as pesquisas-ação revelaram que as relações humanas e as prioridades de cada ser individualmente têm rebatimentos sobre a estratégia

coletiva das comunidades. Em determinados cenários, a aspiração por uma nova economia, baseada em princípios de solidariedade, desenvolvida por pessoas com elevado censo de coletividade, como o Sr. Aurelino Pereira de Oliveira, de Vaza Barris, incentiva a comunidade e a organização comunitária a construir alternativas para o seu crescimento coletivo. Como já mencionamos, pessoas com senso coletivo conseguem que toda comunidade tenha as mesmas oportunidades de acesso. Mas, outras vezes, a condição de satisfação da maioria leva a organização a se acomodar e não buscar o bem viver coletivo, deixe de lutar pela melhoria das condições de outras famílias envolvidas.



***A chegada ao chão  
de vida e trabalho das  
experiências por meio  
da pesquisa-ação***





A pesquisa-ação é um processo de investigação que se insere na realidade para ajudar a resolver questões coletivas através da intervenção e interação entre pesquisadores e pesquisadoras e participantes da pesquisa, como nos esclarece Michel Thiollent, pesquisador francês que mora há muitos anos no Brasil e é estudioso do tema, no seu livro *Metodologia da Pesquisa-ação*, publicado em 2011. Pelo fato de se relacionar de perto com a realidade, a pesquisa-ação promove mudanças significativas por meio do autoconhecimento, através dos processos de autorreflexão coletiva. Pode ser uma alternativa interessante para os processos de construção do conhecimento que articulam ação e reflexão, de onde emergem novos saberes mediante intervenção.

Para obter informações mais precisas sobre determinadas questões, os pesquisadores e as pesquisadoras procuraram investigar e analisar a realidade para apoiar as duas comunidades, cada uma em seu território, na busca por informações relevantes que trouxessem à superfície elementos não revelados da situação vivenciada. Nesse caminhar, os atores mulheres e homens envolvidos e envolvidas decidiram as estratégias de pesquisa, uma novidade, avaliando posturas e promovendo mudanças, com o objetivo de melhorar as práticas, reaprendendo o que já se havia aprendido.

Paulo Freire escreveu no livro *a Pedagogia do Oprimido*, publicação de 2005, na página 100, que “a investigação temática, que se dá no domínio do humano e não no das coisas, não pode reduzir-se a um ato mecânico. Sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encadeamento dos temas significativos, a interpretação dos problemas”.

Mais que um levantamento de informações, a pesquisa-ação demanda uma atuação conjunta dos sujeitos envolvidos no processo, cooperando para resolver os entraves identificados. A apresentação dos objetivos do Curso Regional de

Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do CFES/NE e o processo da pedagogia da alternância para a construção das pesquisas no tempo de campo favoreceram a compreensão da perspectiva da ação em que a pesquisadora e o pesquisador estavam inseridos.

A proposta de pesquisar o acesso a mercados institucionais foi acolhida pelos grupos em cada comunidade, dada a necessidade de refletir mais profundamente sobre as experiências desenvolvidas – uma vez que as associações não haviam feito essa reflexão ou avaliação sobre o acesso aos programas de compras governamentais –, como também de construir novos conhecimentos e ressignificar saberes antigos, que se distanciaram com os afazeres da labuta diária.

Como o pesquisador e a pesquisadora já tinha uma relação anterior com os grupos das pesquisas criou um ambiente acolhedor e de confiança recíproca, o que facilitou a aceitação das metodologias propostas em cada experiência. Para a realização dos trabalhos, buscou-se contemplar as questões práticas, mas articulando-as com o debate, ou seja, com a reflexão sobre o cotidiano vivido pelas diferentes associações. Isso foi feito levando em conta os limites do tempo determinado para a pesquisa no período de alternância do curso e o tempo dos grupos.

Desta maneira, foi adotada a orientação metodológica para realização das pesquisas elaborada durante o Curso Regional, composta das seguintes etapas: a) reunião com as associações para apresentação da proposta da pesquisa; b) sensibilização das associações para sua realização; c) oficina com utilização de ferramentas para registro histórico das experiências, entre outras estratégias.

Na comunidade de Aruanda, antes da realização da oficina foi feito um levantamento prévio de dados secundários sobre a experiência, como, por exemplo, informes, relatos, projetos desenvolvidos, documentos contábeis, visitas aos espaços de produção, entre outros. Na oficina em Vaza Barris, foram realizados debates sobre a diferença da produção agroecológica para a produção convencional, como uma necessidade do grupo participante.

A proposta metodológica da pesquisa-ação permite a integração entre os sujeitos, homens e mulheres, e da pesquisa. Por meio de **ferramentas pedagógicas adaptadas aos contextos populares**, criou-se um ambiente onde os grupos se sentiram confortáveis e seguros para o início de um processo que ultrapassaria a coleta de dados, buscando, sobretudo, o estímulo à reflexão e o chamado à disponibilidade para efetuar mudanças a partir dos resultados da **ação pedagógica coletiva, transformando as práticas**.

A ausência de informações anteriores mais organizadas levou a pesquisadora e o pesquisador a mergulhar no cotidiano das experiências. Os laços anteriores de ambos com os agricultores e agricultoras familiares foram alicerces para o diálogo nas idas e vindas às comunidades.

A metodologia utilizada contribuiu para a **busca coletiva de informações a partir da vivência cotidiana dos/as agricultores/as familiares**, procurando organizar e refletir sobre os saberes que mulheres e homens adquiriram com a prática, através do exercício de se **desviar da cilada da postura tecnicista de achar que a solução dos profissionais está acima dos demais saberes**. O processo vivido possibilitou averiguar a percepção das pessoas em relação ao trabalho realizado com os grupos, estimulando a participação e a revisão do processo vivenciado ao longo dos anos, permitindo que todos e todas pudessem concluir que a prática cotidiana muitas vezes impedia a cada um e a cada uma de fazer uma reflexão

mais aprofundada sobre suas próprias estratégias de ação. Isso provocou nos grupos a necessidade de buscar respostas a algumas perguntas: O que fizemos? O que e quanto produzimos? O que e quanto vendemos nesses últimos anos? O que isso significou para nós?

A pesquisa suscitou o olhar crítico, permitindo aos sujeitos, mulheres e homens em cada comunidade, se autorreconhecer dentro do processo, apontar erros e acertos e refletir sobre suas práticas, a partir das relações estabelecidas. Além disso, revelou um universo com muitos obstáculos a serem superados, mas também com potencial para produzir mudanças, desde que estas não atrapalhem a autonomia e protagonismo dos agricultores e agricultoras familiares e nem os/as coloque numa situação de dependência da assistência técnica e das políticas públicas.





***O desafio da  
adaptação das  
comunidades às  
políticas públicas.  
Ou o inverso?***





Em Aruanda e Vaza Barris, após a pesquisa-ação, ficou evidenciado que a implantação de “novidades” é um processo que tende a ser facilitado quando se rompe com os preconceitos pessoais e coletivos. Estes processos de autorreconhecimento, reconhecimento de problemas, aceitação da necessidade de mudança, construção e implantação de inovação ajuda as comunidades e famílias no enfrentamento de suas dificuldades, sejam elas produtivas, organizacionais ou na perspectiva do acesso a mercados.

Muitos destes problemas dizem respeito à dificuldade de confiar no outro e na outra, à descrença em atividades coletivas, ou mesmo à falta de pessoas que possam coordenar os grupos de maneira mais eficaz. Para o acesso coletivo aos mercados, **o fator tempo** tem exigido alteração nos processos de produção. O fato de as famílias de Aruanda já conviverem há mais de 40 anos é algo que ajuda na organização coletiva. Lembrando que, em seu percurso, essa vivência inclui também as relações que os seres humanos estabelecem com a vegetação, os fenômenos naturais, a espiritualidade, dentre muitas outras interações coexistenciais.

Paulo Freire, em 1976, no livro *Educação e mudança*, escreveu sobre a importância da ciência e da tecnologia estar a serviço da humanização e da libertação de homens e mulheres, e o compromisso das educadoras e dos educadores de fazê-las instrumentos para lutar pela transformação social ao lado dos homens e mulheres que buscam justiça, rompendo com a ideia de neutralidade.

Assim, existem processos culturais que carecem ser conhecidos e reconhecidos. O reconhecimento de outros modos de vida e do acúmulo das comunidades populares e tradicionais com seus valores morais, sociais, estéticos e seu fazer produtivo é fator determinante para o estabelecimento de laços de confiança. Por isso, **é muito importante que as comunidades disponham de tempo para maturar as inovações propostas pelas políticas públicas e outros agentes externos**. Carlos

Rodrigues Brandão, outro estudioso da educação popular, escreveu em seu livro *O que é educação popular*, em 1981 que cabe a educação instigar os homens e mulheres a criar e propor novas descobertas, a criticar o novo e o velho e não subordinasse à valores contrários a sua cultura.

As pesquisas revelaram, ainda, que **garantir o espaço-tempo** das organizações, comunidades e famílias é imprescindível para que as relações de confiança sejam estabelecidas através de acordos claros, que proporcionem às envolvidas e aos envolvidos reconhecer uma relação recíproca.

A confiança estabelecida é um passo importante na construção de uma relação de reciprocidade, pautada na solidariedade, no respeito aos saberes prévios do indivíduo e da comunidade. Este aspecto da valorização do conhecimento local, de compreensão das nuances socioeducativas e da redefinição dos papéis da comunidade e dos agentes externos é fator preeminente no sucesso da socialização de uma nova forma de experimentação de produção, comercialização e consumo necessária à consolidação da agroecologia, da valoração de aspectos humanos, a exemplo das questões de gênero e geração nas organizações locais, e de um novo processo que gere justiça social para as agricultoras e os agricultores familiares e para a população das periferias urbanas. Isso é o que propõe a economia solidária, em respeito ao modo de vida do campesinato no Nordeste e diante das desigualdades sociais e históricas.

Após a análise das relações que ocorreram em Aruanda e em Vaza Barris, entre os sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs de assessoria, comunidades e associações comunitárias, **reconhece-se que a clareza dos acordos, na maioria das vezes apenas verbais, é um fator que facilita a construção coletiva de conhecimentos técnicos e de uma ética. Estes acordos baseados na confiança e na definição de**

**responsabilidades, mostram-se necessários para o acesso a diferentes mercados, pois contribui para a organização coletiva e para a autogestão.**

Neste sentido, as relações de parceria assumem uma função de qualificador do espaço-tempo e, acima de tudo, contribuem fortemente para o processo de acúmulo de saberes das comunidades. Por exemplo, **a transição agroecológica é um processo que requer múltiplas mãos.** A multiplicidade de parceiros envolvidos, desde que garantida uma definição clara e objetivo de papéis, possibilita um ambiente de cooperação que favorece a sustentabilidade das comunidades.

A parceria entre sindicatos, associações de pequenos produtores, ONGs de assessoria, comunidades motivadas e organizações públicas que querem fortalecer a agricultura familiar potencializa o acesso a políticas públicas como o PNAE, de forma a torná-las um processo de emancipação econômica e social. As comunidades reconhecem os avanços obtidos em cada nível de relação. Estes se multiplicam em diversas dimensões da vida: melhoria da qualidade alimentar, aumento de ganhos monetários e não monetários, fortalecimento da transição agroecológica, melhoria da organização comunitária e de suas entidades representativas.

## **TECNOLOGIAS SOCIAIS**

São tecnologias que podem aparecer em forma de produto ou de processo e que são pensadas de maneira coletiva pelas comunidades, a partir das necessidades presentes em suas realidades. Estas tecnologias são participativas desde quando estão sendo planejadas até o momento em que são postas em prática pelas comunidades que a pensaram.

Além do respeito ao tempo de construção da confiança e da multiplicidade de parcerias, outro aspecto que aparece nos processos estudados é que **o acesso aos mercados institucionais provoca o surgimento de tecnologias sociais**, muito importantes para o fortalecimento das comunidades rurais.

Um exemplo claro é o Fundo Rotativo Solidário (FRS), gestado pela comunidade de Aruanda, que estabeleceu de forma democrática os critérios de acesso e de definição das estratégias produtivas, comerciais ou de infraestrutura, ajustando-se às condições socioeconômicas das famílias e servindo para fortalecer as relações de confiança mútua, aprendizagem coletiva e desenvolvimento comunitário.

Assim, as comunidades de Aruanda e Vaza Barris demonstram que as tecnologias não devem ser reducionistas ou conteudistas, ao contrário, devem permitir a

Para o/a leitor/a mais curioso/a sobre os FRS, sugerimos a leitura do texto sobre **Finanças Solidárias**, neste caderno.

ampliação de seus usos e de recriação e adaptação, envolvendo saberes e fazeres vivenciados pelas famílias para a busca de sua sustentabilidade, desde a produção até a comercialização, incluindo seus valores éticos e estéticos.

Neste sentido, a adaptabilidade às políticas públicas de acesso ao mercado tem sido um desafio constante para as comunidades, que necessitam “dar nó em pingo d’água” para conseguir cumprir as regras e normas de políticas públicas como o PNAE. Nos grupos que participaram das pesquisas, alguns exemplos demonstram a capacidade criativa das comunidades em subverter o modo de funcionamento das políticas públicas, como, por exemplo:

- Grupos com mais de 30 agricultores e agricultoras agem como parceiros na comercialização de alimentos. Assim, uma comunidade assina o contrato junto ao ente público e consegue comercializar a produção de diversas comunidades, sendo que a lógica do mercado e da política pública é tratá-las como concorrentes.

- Um agricultor implanta um frigorífico particular, ou uma fábrica privada de polpa de frutas, e recebe a matéria-prima dos vizinhos produtores para repassar o produto final com um preço menor, reduzindo seus próprios ganhos.
- Uma Prefeitura ouve a comunidade para saber o calendário e a previsão da produção e organiza espaços de debate entre gestores e gestoras educacionais e agricultores e agricultoras, a fim de construir uma chamada pública adaptada à comunidade fornecedora e consumidora.

Julian Perez Cassarino, no texto “Elementos estruturais do atual sistema agroalimentar e seus efeitos sobre a inflação de alimentos, agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada”, publicado na cartilha A agricultura familiar e o direito humano à alimentação: conquistas e desafios, pela Câmara Federal, em 2015, nos ajuda nesta reflexão quando diz que “a agricultura familiar e camponesa se caracteriza como o espaço social, econômico, produtivo e cultural que, historicamente, esteve atrelado à diversificação de culturas e criações, e da promoção da produção para o autoconsumo – por ser a melhor forma de garantir sua reprodução social – ao estabelecimento de circuitos e redes solidárias de circulação dos alimentos, por sua característica de convívio em comunidade; pela preservação de hábitos e culturas alimentares, por estar estreitamente vinculado a produção e processamento dos alimentos locais e regionais”.

Os exemplos encontrados em Aruanda e Vaza Barris permitem afirmar que as ferramentas de fortalecimento da agricultura familiar devem ser ajustadas às condições sociais, econômicas e organizacionais das famílias, de forma democrática e solidária, e como estímulo à sua reprodução social. Nessas comunidades, onde este processo foi deflagrado de forma mais democrática, participativa e respeitosa, encontram-se bons exemplos de resiliência dos processos e tecnologias sociais desenvolvidos ou implantados.

Em se tratando do acesso coletivo aos mercados, inclusive o mercado institucionalizado, como o PNAE e o PAA, notou-se que esta é uma ação relevante, essencial ao fortalecimento das práticas e da vida local, porém, muito onerosa em vários sentidos. Os custos disso implicam em um conjunto de investimentos, tais como: assessoria técnica, financeiro, materiais, infraestrutura produtiva e social para gestão, capacitação local para produção organizada e qualificada e, acima de tudo, a criação de redes de relacionamento que facilitem a rotação de informações sobre potenciais compradores da produção agroecológica, bem como o fortalecimento político da agricultura familiar e da agroecologia.

Por outro lado, quando implementada, uma proposta de comercialização solidária, minimamente adaptada ao meio de vida local, quase sempre tem gerado dependência e supervalorização desta via institucional de escoamento da produção. Como visto nas comunidades pesquisadas, o abandono de outros mercados – como as feiras e as entregas porta a porta –, em alguns casos, é uma ameaça à autonomia das comunidades. Autonomia esta representada pela diversidade de produção, de alimentos que a família consome, de moedas que circulam na comunidade e, em especial, pela resiliência dos sistemas agrícolas.

De modo amplo e geral, pode-se afirmar que o ser humano busca satisfazer suas três principais necessidades básicas: alimento, abrigo e vestuário. Quanto mais próximos estão de suprir estas necessidades, menos esforço é despendido pelas famílias e indivíduos para buscar atendê-las, e isso muitas vezes leva à acomodação.

Mas esta acomodação, vista por outro ângulo, revela também o amadurecimento humano dos moradores e das moradoras, uma vez que, às vezes, não consideram o meio ambiente como fonte infinita de recursos para seu bem estar, extraindo de suas propriedades e das relações humanas “apenas o necessário”. Como visto na pesquisa, porém, este aspecto de aceitação das condições pode comprometer o desejo das

comunidades de buscar novas soluções para os problemas enfrentados. O processo de acomodação pode refletir na renda, na transição agroecológica ou mesmo nas relações sociais coletivas vivenciadas nestas mesmas comunidades.

Assim, ao contrário da lógica das comunidades camponesas, em que a diversificação dos mercados fortalece a ampliação das fontes econômicas (monetárias e não monetárias) e, conseqüentemente, da sustentabilidade produtiva, nas propriedades, e operacional, nas famílias, entra-se num círculo vicioso de supervalorização da comercialização via PNAE, o que acaba comprometendo a reprodução social do campesinato. Os fatores listados a seguir mostram ainda diferentes níveis de resiliência e sustentabilidade das comunidades:

- **A falta de mão de obra decorrente da migração juvenil:** a renda garantida pela venda ao PNAE não gera condições de sustentação econômica dos pais, filhos e filhas, o que contribui para a migração de jovens e, conseqüentemente, contribui para a diminuição da mão de obra no trabalho familiar.
- **A dificuldade de planejamento das lavouras e criações** leva as famílias a manter um nível baixo de diversificação produtiva, uniformizando a produção e concorrendo entre si nas entregas, muitas com o mesmo produto, quando os compradores (escolas/prefeituras) querem maior diversidade, e isso enfraquece o acesso à política pública;
- A comodidade das entregas programadas faz com que madrugar para ir à feira passe a ser considerado **trabalho degradante e, assim**, estas têm sido **abandonadas**, acarretando, em alguns casos, na volta dos atravessadores;
- Como em Aruanda e Vaza Barris, efetivar o acesso das comunidades ao mercado, gerar condições materiais para produção em suas unidades e de infraestrutura produtiva coletiva e criar espaços de formação e capacitação adequados aos diversos espaços e tempos das famílias e comunidades



pressupõem um **planejamento, com metas e objetivos** que tenham sentido para as pessoas e famílias.

Apesar das fragilidades, é inegável que a complexidade das relações estabelecidas na lógica socioprodutiva da agricultura familiar impulsiona os agricultores e as agricultoras a buscar novas aprendizagens, pois, como sabiamente nos diz Rubem Alves, no seu livro *Alegria de ensinar*, escrito em 2012: “As respostas nos permitem andar sobre terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido”. E Paulo Freire, no livro *Pedagogia da autonomia*, escrito em 1996, já se referia ao que fala Rubem Alves, dizendo que “sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo* nem *ensino*”. O aprendizado, assim, é inerente à história humana, somos a espécie que mais constrói conhecimentos.

Nas organizações sociais e comunidades populares evidenciadas nas pesquisas, esta questão torna-se muito mais relevante devido ao processo histórico de abandono social pelo Estado, que as levou a construir e perpetuar formas de transmissão do conhecimento e de reaprendizagem que valorizam a interação entre as famílias e, especialmente, entre seus membros. Tais processos de aprendizagem refletem soluções coletivas e sustentáveis para a superação de dificuldades do ecossistema ocupado e explorado.

Nesta perspectiva, são relevantes as lutas das comunidades para a implantação de escolas, associações, assentamentos e de manutenção da estrutura coletiva de apoio à produção, como estradas, pontes e pequenas obras. Na expectativa da produção, o conhecimento local das formas de uso do solo, do modo de criação e troca de animais para melhoria do rebanho ou, até mesmo, a multiplicação e disseminação de variedades crioulas são aspectos muito valorizados atualmente pelos governos e organizações sociais.

Como explicitado, apesar do intenso processo de construção do conhecimento e de transmissão popular do aprendizado, é de se destacar que o estado brasileiro não está preparado para lidar com as especificidades da agricultura familiar e, conseqüentemente, para adaptar as políticas públicas dirigidas a esse setor. Um exemplo claro é a legislação sanitária. É sabido pelas comunidades rurais e por organizações como sindicatos e ONGs que as leis brasileiras quase sempre dificultam o acesso da pequena produção agrícola, por exemplo, aos mercados institucionais. Neste sentido, as políticas mais inovadoras, como as de vigilância sanitária, como a implantação do SIM, ou do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), não chegam às populações mais necessitadas, devido a este vazio da ação estatal. Isso se deve à incapacidade técnica dos órgãos públicos, e/ou à falta de comprometimento político com o fortalecimento da agricultura familiar, e/ou ao desconhecimento dos papéis a serem desempenhados por cada órgão.

A incapacidade técnica deriva de uma excessiva demora do Estado brasileiro em formar e inserir novos profissionais nos órgãos de assistência técnica às comunidades, em especial, as comunidades rurais. A grande maioria dos técnicos lotados nas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ocupa os seus cargos há mais de 20 anos. As instituições estaduais de ATER não realizam concursos públicos para provimento das vagas necessárias ao bom atendimento das comunidades de agricultura familiar e não oferta cursos de atualização para o quadro profissional, assim, as legislações que buscam criar condições para o acesso – como a garantia de 30% do PNAE para a agricultura familiar, o acesso à certificação sanitária através do SUASA, o acesso ao Pronaf Agroecologia, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, dentre tantas outras – ou são ignoradas, ou subvalorizadas, e as profissionais continuam com a velha lógica da disseminação da técnica testada e validada nos campos da Embrapa. Mesmo assim, é importante salientar que a

legislação não pode ser considerada como a panaceia necessária às comunidades, pois, muitas vezes, ela impõe condições que as famílias oriundas da agricultura familiar não conseguem atender, pois tem por referência a agricultura industrial.

O comprometimento político em fortalecer a agricultura familiar ainda é uma barreira que o Estado delega às organizações sociais, o que muitas vezes deriva em formas de relações esquisitas, como, por exemplo, a “quase transformação” das entidades populares em vias de transmissão do Estado ou em braços estatais nos municípios. Este cenário de confusão de papéis algumas vezes também é incentivado pelas organizações sociais, que, na ânsia de verem as comunidades prosperar, assumem papéis que deveriam ser desempenhados pelo Estado.

Nesse campo, as relações de parceria ou a mobilização dos movimentos sociais, definidos aqui como o agrupamento da diversidade de comunidades pela semelhança de suas lutas, são uma resposta coletiva às dificuldades individuais e familiares e têm o objetivo de fortalecer cada um e dar visibilidade à luta de todos. As pequenas ou grandes vitórias são comemoradas e valorizadas, e existe no seio das comunidades um conceito de sustentabilidade mais adaptado às suas necessidades. **Nestas comunidades, a sustentabilidade é representada primordialmente pela qualidade de vida, traduzida no acesso à água, em alimentos saudáveis, na busca de uma harmonia com os ciclos naturais dos ecossistemas e na equidade de gênero, enfim, muito próximas ao Bem Viver e contrárias à mercantilização da agricultura.**

Este reconhecimento da sustentabilidade como aspecto ligado à qualidade de vida e à satisfação familiar e pessoal amplia a importância das políticas públicas e o seu acesso às comunidades. Tão importante quanto o ingresso no PAA e no PNAE é o acesso à política de garantia da qualidade alimentar dos produtos, como o SIM – Serviço de Inspeção Municipal, o SIE – Serviço de Inspeção Estadual e o SUASA –

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, ou a políticas mais amplas, como as de acesso à educação contextualizada, saúde adequada e infraestrutura produtiva e de comercialização.

Esta capacidade de resiliência das comunidades é o aspecto mais relevante suscitado nas pesquisas-ação. Essa capacidade em superar as dificuldades históricas permanece atualmente no enfrentamento aos entraves de políticas de acesso aos mercados. Indiferente aos obstáculos, as comunidades seguirão mudando, adaptando-se e desenvolvendo-se, e cabe ao Estado, às organizações de assessoria e às coordenações de movimentos saber ver, ouvir e adaptar sua ação e suas políticas para aproveitar as potencialidades locais.

Ana Dubeux, Alzira Medeiros e Virgínia Aguiar, no livro *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*, publicado em 2015, nos ajudam nesta reflexão, dizendo que: “O começo de tudo tem a ver com a necessidade de valorizar e reconhecer os conhecimentos das pessoas e das famílias agricultoras”. É preciso disposição e sensibilidade para reconhecer e respeitar a memória e o acúmulo dos coletivos de agricultores e agricultoras familiares, que caminham em busca do Bem Viver. Contudo, temos que ter a consciência de que não há uma conclusão do processo, pois o inacabamento é intrínseco a toda atividade humana.



***Os aprendizados  
do povo e das  
comunidades com  
as experiências***



Conforme evidenciaram as pesquisas-ação, a agricultura familiar agroecológica tem papel extremamente relevante na vida dos homens e mulheres do campo, ela é o pilar de sustentação das famílias protagonistas das experiências observadas. Assim, a pesquisa-ação realizada nas comunidades de Aruanda, na Bahia, e de Vaza Barris, em Sergipe, foram importantes, pois observaram e relataram experiências reais de duas comunidades rurais distintas no Nordeste brasileiro.

O caminho percorrido pelas duas pesquisas desde a concepção à conclusão se constituiu em um campo de descobertas, reflexão, novos aprendizados e reaprendizados. Chegar ao lar das experiências, destrinchar questões nunca antes desvendadas e trazê-las à luz do debate foi um dos grandes desafios que a pesquisadora e o pesquisador se propuseram a encarar. Como afirma Carlos Rodrigues Brandão nos seus estudos em 1981, o trabalho do educador e da educadora é dar legitimidade as palavras por meio da ação verdadeira. Os estudos confirmam o papel do educador e da educadora e a contribuição da educação popular no processo de transformação social.

A imersão no cotidiano das experiências revelou um universo peculiar, de saberes forjados no labor diário, mas também de fragilidades inerentes a toda atividade humana. Nessa profusão de descobertas foi possível observar a articulação das experiências com a educação popular.

Vimos o quanto são importantes a apropriação de espaços de luta e debates pelos agricultores e agricultoras de Aruanda, como a Rede de Economia Solidária do Extremo Sul da Bahia, a participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município de Itanhém e nas plenárias e conferências municipais e territoriais, além das capacitações para a transição agroecológica e os intercâmbios de conhecimento. Carlos Rodrigues Brandão, nos seus escritos de 1981, reforça que só tem sentido a Educação Popular pelo fato de que é necessário o povo elaborar



o seu próprio saber na luta que trava pela transformação social na perspectiva de seus direitos e aspirações.

Para a comunidade de Aruanda, o acesso ao mercado de compras institucionais foi como uma “âncora”, no momento em que a feira livre, principal via de escoamento utilizada pelos agricultores e agricultoras já não absorvia a produção, visto que, naquela época, os três maiores supermercados do município introduziram hortifrutigranjeiros, oferecendo aos consumidores a opção de compras a prazo e com a comodidade de receber seus produtos em casa. Essa “novidade”, na concepção dos agricultores e agricultoras, contribuiu para o enfraquecimento da feira.

Nesse contexto, o ingresso no mercado de compras institucionais primeiro se deu com o PAA, em 2008, e, posteriormente, com o PNAE. Inicialmente, houve pouca adesão ao PAA, visto que muitos não acreditavam na proposta de garantia de mercado para os produtos, com pagamento de preços justos. À medida que viram as coisas dando certo, todos vendendo e recebendo, mais pessoas foram se agregando. O segundo projeto duplicou o número de beneficiários.

Nos últimos cinco anos, Aruanda passou a concentrar suas estratégias de vendas somente no PNAE, em razão das poucas exigências burocráticas por parte desse programa. Desde então, a maioria dos agricultores e agricultoras deixou de acessar a feira livre como via de saída da produção. Durante as férias escolares, alguns e algumas agricultores e agricultoras retornam à feira com o objetivo de complementar a renda familiar, já que nesse período as escolas não recebem produtos. Em razão dessa parada temporária, alguns planejam até em qual período do ano podem contrair despesas, contando com o recurso das vendas do PNAE.

São notórios os avanços alcançados pelo grupo a partir do ingresso nessas políticas públicas. Antes a situação era bem mais difícil, segundo relato de um agricultor:

“Antes a gente acordava de madrugada e saía tocando um bando de jegue para ir pra feira, dava excesso de produtos, sobrava muita coisa, pouca rentabilidade, dava desânimo na comunidade.” (Lúcio, agricultor de Aruanda).

Embora o aumento em mais de 50% na renda não chegue a somar um salário mínimo, ele se junta a outros valores, como, por exemplo, a venda de um porco ou um bezerro (para o atravessador), ou o recurso do programa Bolsa Família. Ainda assim, o grupo considera os resultados satisfatórios se comparados às adversidades vivenciadas no passado. “A gente chegou ao ponto de achar que está muito bom, mas, na verdade, não está tão bom como a gente diz: observando receitas de vendas do ano passado, verifica-se que a média de venda não conseguiu gerar meio salário por mês para cada agricultor, mas a gente acha que tá bom porque antes a situação era pior, e uma pequena melhora faz a gente se contentar e achar que tá bom.” (Fabiano, agricultor de Aruanda).

De acordo com as pesquisas, enfrenta-se obstáculos diferentes no acesso ao mercado, com o PNAE. Em Aruanda, observa-se uma dependência dessa compra pública, com o quase abandono das feiras locais. Em Vaza Barris, a inexistência de um abatedouro coletivo com fiscalização sanitária inviabiliza a possibilidade de oferta de produtos de origem animal. Essas dificuldades são mais amplas, e vão desde questões relacionadas à infraestrutura das estradas e à distância das propriedades até os pontos de comercialização nas cidades, a questões que dizem respeito à burocracia para o acesso ao crédito. Além disso, a pesquisa demonstrou a necessidade de um acompanhamento orientado para a produção, com capacitações técnicas relacionadas à gestão dos empreendimentos, mas, sobretudo, notou que é necessário um mergulho nos conceitos da economia solidária para que as ideias e ações possam ser convergentes. Nas diretrizes político-metodológicas para a educação em economia solidária, publicadas pela Secretaria Nacional de

Economia Solidária, em 2012, na Recomendação 8, encontramos que: “Ao considerar os empreendimentos como sujeitos da política pública, o ‘fazer com’ e não o ‘fazer para’, os mesmos devem ser considerados como educadores e educadoras na realização de processos estruturados e planejados de troca de experiências entre empreendimentos econômicos solidários, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento à economia solidaria e os gestores públicos”.

Este pequeno trecho das diretrizes nos mostra que é importante reconhecer que o papel da assessoria como educadora popular em economia solidária é promover a autonomia dos grupos e criar junto a eles as ferramentas e condições de aprendizagem e apropriação dos saberes para que possam tomar suas próprias decisões, sem interferências e pressões externas, como sinaliza Paulo Freire no livro *Pedagogia da autonomia*, a autonomia é uma aprendizagem que vai tomando forma e jeito ao longo de nossas experiências de vida ao nos defrontarmos com as decisões e escolhas.

Assim, as assessorias populares devem valorizar os aspectos positivos encontrados, como a articulação de parceiros ou, ainda, o ânimo coletivo e familiar das comunidades expressado em suas organizações sociais. Ainda, é necessário lembrar e recomendar que as organizações de assessoria precisam conhecer quem são esses agricultores e essas agricultoras, seu chão de vida e trabalho, para facilitar o processo de reconhecimento das tecnologias sociais a serem implantadas e, conseqüentemente, ampliar os resultados e alcances dos objetivos.

Por fim, é importante dizer que as pesquisas identificaram entraves, mas também propiciaram a construção de aprendizados. Este método de investigação revelou possibilidades e alternativas de superação das fragilidades dos empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos pela agricultura familiar.

# Referências

- Alberto ACOSTA. **O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Elefante, 2016.
- Ana DUBEUX e Alzira MEDEIROS. Escreveram “A construção do conhecimento em agroecologia no semiárido brasileiro: interculturalidades e diálogos de saberes na sistematização de experiências”, 1º capítulo do livro organizado por Alzira Medeiros, Ana Dubeux e Virginia Aguiar, **Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas.** Recife: Ed. dos organizadores, 2015.
- Carlos RODRIGUES BRANDÃO. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Julian Perez CASSARINO. “Elementos estruturais do atual sistema agroalimentar e seus efeitos sobre a inflação de alimentos, agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada”. In: **A agricultura familiar e o direito humano à alimentação: conquistas e desafios.** Cartilha da Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.
- Manoel Messias Calazans de OLIVEIRA. **A luta pela autonomia dos agricultores e agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris, SE.** Relatório de Pesquisas-Ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo).
- Michael THIOLENT. **Metodologia da pesquisa ação.** 18ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- Paulo FREIRE. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Paulo FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Paulo FREIRE. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Rubem ALVES. **A alegria de ensinar.** 14ª ed. Campinas: Papirus, 2012.
- Vanuza Neves VIEIRA. **O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda em Itanhém – BA.**

Relatório de Pesquisa-Ação/CFES-NE, 2016. (mimeo)

**Documentos institucionais consultados:**

Brasil/ FNDE. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica...”. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=00011947&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI)>. Acesso em: 9 de março de 2017.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidaria**. Recomendação nº 8, de 4 de julho de 2012.

IBGE. “Território Agreste Central Sergipano”. In: IBGE. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da terra no estado de Sergipe. Relatório técnico. Rio de Janeiro, 2011, p.99-113. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95889.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2017.

Prefeitura de Intanhaém. **Dados socioeconômicos do Município de Itanhém**. Disponível em: <<http://itanhem.ba.gov.br/socio-economico>>. Acesso em: 6 de março de 2017.

Anvisa. **Cartilha de Vigilância Sanitária**. Brasília, Ago. 2002. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_vigilancia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf)>. Acesso em: 13 de março de 2017.



*Diferente de outros sistemas em  
Que a moeda é o dinheiro,  
No nosso humilde sistema  
Que não tem nome estrangeiro  
Nele o grande capital  
É dividido por igual:  
É o nosso suor verdadeiro  
Nos tempos de meus avós  
Este sistema já existia  
Não existia dinheiro  
E tudo favorecia  
Era irmão ajudando irmão  
Com um trabalho em mutirão  
Trocava-se dia por dia.*

(GERALDO ALVES CORDEIRO)

**CADERNO PEDAGÓGICO**

# **finanças solidárias**

**Cristina Gusmão**







# ***Introdução***



As finanças solidárias (FS) são um conjunto de iniciativas cuja finalidade é favorecer e democratizar o acesso a recursos financeiros ou bens materiais (dinheiro e outros bens e serviços), com o intuito de apoiar e melhorar as condições econômicas de grupos, associações, cooperativas, redes e comunidades.

No Brasil, as organizações de finanças solidárias mais conhecidas são os Fundos Rotativos Solidários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e as Cooperativas de Crédito Solidário.

Essas experiências surgiram no chão de vida e trabalho, por meio da ação de comunidades e organizações, em diferentes momentos da história de nossa região, do nosso país e até mesmo do mundo. Cada uma delas tem sua particularidade e origem. Algumas estão mais ligadas ao meio rural e outras, ao meio urbano. Mas todas têm um elo em comum: o trabalho em cooperação e solidariedade para a criação de condições materiais e simbólicas para responder às necessidades de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, por meio de recursos materiais próprios, usando dinheiro ou não.

As iniciativas de finanças solidárias no nosso país são protagonizadas, principalmente, pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a Rede Nacional dos Fundos Solidários e a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), que juntas articularam algumas conquistas nas últimas décadas.

Como fruto da ação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e das organizações citadas, foram formuladas contribuições para a elaboração de políticas públicas de economia solidária, nas Conferências Nacionais de Economia Solidária e na Conferência Temática de Finanças Solidárias, precisamente no período de 2006 a 2016.

Em 2014 a III Conferência Nacional indicou a construção do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015/2019), que foi aprovado em março de 2015 pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão de gestão e controle social da política nacional de economia solidária.

Porém, ainda é insuficiente o alcance dessa política. A prioridade do investimento do Estado (nas esferas federal, estadual e municipal) é para grandes projetos,

como, por exemplo, aqueles ligados ao agronegócio, que vem causando danos ao meio ambiente, à saúde da população e à cultura.

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária pode ser acessado em:

<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes/resolucoes/item/547-plano-nacional-de-economia-solidaria>

Existem alguns indicadores que revelam a árdua caminhada das experiências de finanças solidárias, como: 1) a ausência de recursos para o fomento e ampliação dos Fundos

Solidários; 2) uma legislação que dificulta a constituição e o pleno funcionamento das cooperativas de crédito solidário e a captação e gestão de poupança por instituições que não estejam incorporadas ao Sistema Financeiro Nacional; 3) a regulação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Banco Central, com critérios e indicadores referenciados no sistema financeiro capitalista que negam e inviabilizam os princípios solidários e de cooperação da economia solidária.

Orientando-se pela ação educativa de afirmação e de resistência, as experiências de finanças solidárias em apoio às iniciativas produtivas de convivência e de reprodução ampliada da vida seguem sua trajetória, criando e recriando jeitos de fazer outra economia, seja no campo ou na cidade.

Neste contexto e nesta perspectiva, este texto apresenta uma abordagem, entre outras reflexões, acerca de duas pesquisas-ação. A primeira delas trata do tema **As relações e interações entre o banco comunitário e a comunidade** e foi realizada no município de Pedro II, no Piauí, pelo educador Mauro Rodrigues da Silva e pelas educadoras Maria Claudina dos Santos Oliveira e Tatiana Georgina M. Torquato. A segunda intitula-se **Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos no agreste paraibano** e foi realizada na comunidade Tobias Ribeiro, município de Juarez Távora, na Paraíba (PB), pelas educadoras Andreza Alves e Maria José Felipe Filha. Essas investigações ocorreram durante o Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária, como já explicado na apresentação deste caderno.

É permanente o desafio da consolidação das experiências de finanças solidárias, tendo em vista as dificuldades de vivenciar, nestes tempos atuais do Brasil, as práticas de solidariedade, cooperação e autogestão, no enfrentamento ao sistema excludente, escravista e desumano que é o capitalismo.

Neste texto vamos caminhar por uma trajetória que ajude a gente a entender o que é economia, a contraposição da economia solidária ao capitalismo, ao patriarcalismo e ao racismo, as finanças solidárias no Brasil e as experiências no contexto local e territorial, entre outros debates.



# ***A economia e seus significados***





ECONOMIA é um termo de origem grega, formado pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei), que significa cuidado com a casa, com o ambiente onde vivemos. A economia, portanto, deve atender às necessidades da casa e das pessoas que habitam esse ambiente, de acordo com Cláudia Lima, na *Cartilha de Boas Práticas de Economia Solidária no Brasil*, escrita em maio de 2016.

Evidenciar a origem e o significado da palavra economia tem o objetivo de resgatar o seu sentido essencial, sua razão de ser e existir: o ser humano e sua relação com outros seres da natureza deve ser o centro de sua atenção e ela deve estar a esse serviço, e não a serviço do capital e da acumulação de riquezas.

João Francisco Pereira Cabral escreve, em “As classes sociais no pensamento de Karl Marx”, sobre a importância deste pensador e filósofo alemão para entender a sociedade atual. A divisão social do trabalho no capitalismo está organizada em classes sociais mais e menos privilegiadas, estratificadas de forma desigual. Existem as classes detentoras dos meios de produção (os patrões, empresários, banqueiros) e outras que têm a sua força de trabalho (operários e assalariados em geral – o proletariado). Diante dessas situações antagônicas, nesse ambiente vivencia-se pouca coesão social, uma vez que os laços de solidariedade entre os indivíduos são fragilizados diante da exploração e opressão das trabalhadoras e trabalhadores, da competição e do individualismo, pilares ideológicos da cultura que orienta e sustenta a economia capitalista.

Paul Singer, economista e militante da economia solidária, considera que o sistema capitalista vive uma guerra permanente, movido pelo jogo da competição entre os capitalistas para se apoderar dos meios de produção e distribuição dos derrotados, ao contrário do que alguns pensam quando afirmam que existe um equilíbrio “natural” entre a oferta e a procura movido por uma mão invisível que é o mercado. Para este autor, em texto de 2000 intitulado “Economia solidária: um modo de

produção e distribuição”, “o capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente” (página 11).

Vale ressaltar que no sistema capitalista as relações de produção, consumo e poder são fundamentadas também por princípios e valores patriarcais e paternalistas, como retrata Nancy Fraser, em “De la redistribución al reconocimiento: dilemas en torno a la justicia en una época ‘pós socialista’” [Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas em torno da justiça em uma época ‘pós- socialista’], publicado em 2008.

Consente a maioria dos autores que a face mais atroz, perversa, ditatorial e “virulenta” do capitalismo é o sistema financeiro contemporâneo. Este pode fazer sucumbir décadas de lutas e esforços de desenvolvimento de povos e países, pelo simples movimentar das riquezas por meio do trânsito cibernético de valores. Pode espoliar populações inteiras, principalmente aquelas de culturas ancestrais, pela imposição da queda dos valores de seus produtos, impondo sobrecargas sobre o endividamento destes povos por meio de cobranças de juros pós-fixados, ou seja, os juros variáveis conforme as circunstâncias, o que tem implicado em taxas sempre mais altas em qualquer período de crise de origem política, civil ou sanitária, ou mesmo de tragédias ambientais, como analisaram Roney Rangel e Friedhilde Maria Kustner Monolescu, no artigo “Economia solidária, uma perspectiva histórico-teórica”, de 2012.

O sistema financeiro internacional tem sido apontado por estudiosos como “idolatria da morte” para acentuar a radicalidade do seu efeito perverso, em linha com a expressão usada por Paul Singer, para quem o sistema financeiro está “blindado contra os pobres”. A lógica do sistema financeiro visa à acumulação e valorização dos recursos financeiros com base na especulação (aumento de juros e taxas de cobrança em dinheiro).

Embora o capitalismo, enquanto modo de produção, detenha a hegemonia no mundo atualmente, existem outras economias que fazem parte da formação social e histórica de uma determinada sociedade. Uma das vivências humanas em sociedades ou comunidades que têm colocado a economia no seu sentido original de *oikonomos* é a economia solidária.

## **Economia solidária**

Para o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), a “economia solidária é o conjunto das atividades de produção, prestação de serviços, distribuição, comercialização, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseado no trabalho coletivo, na cooperação, na solidariedade, na autogestão, na sustentação econômica, na sustentabilidade ambiental e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente. É através dessas práticas que as pessoas passam a cultivar e a desenvolver, em diversos graus, o valor da solidariedade nas relações econômicas e sociais. Essa forma diferente de fazer economia se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais”, na *Cartilha dos Fundos Solidários*, de agosto de 2012 (página 7). Ou seja, é uma economia que vai na contramão do capitalismo, criada por aquelas e aqueles que se sentem afetadas e afetados, oprimidas e oprimidos, marginalizadas e marginalizados e subjugadas e subjugados pelo capitalismo, pelo patriarcalismo e o colonialismo.

Para o economista argentino José Luis Coraggio, no texto “Economia do trabalho”, de 2003, a economia solidária deve deixar explícito que esta solidariedade é entre iguais e não uma prática da filantropia e do assistencialismo. De acordo com este autor, diante da espoliação da natureza e da exploração e opressão perpetrada pelo capital, é preciso lutar contra ele. Neste sentido, ele acrescenta que “se faz

necessário a organização solidária para criar sistemas de segurança alimentar, compras conjuntas para consumo e produção, intercambiar bens e serviços fora do mercado monetário para garantir a reprodução social das trabalhadoras e dos trabalhadores e a reprodução ampliada da vida” (páginas 95 e 96).

Nesta perspectiva, Genauto Carvalho França Filho vê a importância das relações de proximidade no território para a construção das redes e ações da economia solidária. Nos seus escritos sobre “Economia solidária e movimentos sociais”, de 2006, ele afirma que “é a necessidade das pessoas no território, seus problemas comuns, que deve orientar as iniciativas de economia solidária” (página 67). Para problemas comuns, soluções comuns. Por isso, ele diz ainda que a competição é outra lógica que não faz sentido, pois a economia solidária busca o bem-estar humano.

Este bem-estar humano tem sido entendido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como a busca do Bem Viver, que reúne homens e mulheres em convivência com outros seres vivos na defesa da mãe terra, nosso planeta, segundo o relatório da V Plenária, de 2013.

No Brasil, a economia solidária tem diferentes formas de organização e se expressa conforme a cultura, as necessidades locais e as vivências de cada território. Podemos tomar como exemplo dessa diferenciação as iniciativas de finanças solidárias, que debateremos mais adiante.

## **A economia solidária e sua prática a partir do território**

Para conhecer as dinâmicas das ações da economia solidária, é preciso sair da perspectiva do indivíduo isolado e ampliar o horizonte para observar as relações que são construídas no contexto onde este está inserido: o **território**.

Milton Santos, ao escrever “O dinheiro e o território”, em 1999, deixa muito claro que “O território tem que ser entendido como o território usado, não o

Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos escreveram, em 2012, sistematizando os fundamentos da proposta político-pedagógica do CFES-NE, que o território é formado pelas identidades e pelas histórias das pessoas, suas lutas, conquistas, derrotas etc. Assim, o território é construído pelas relações entre as pessoas e com o meio ambiente e o que simboliza as crenças, valores e sonhos.

território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (página 8).

Compreender esta concepção de território possibilita perceber quem habita aquele espaço e quais as

relações que nele estabelecem, se é de proximidade ou de conflito, e como isso interfere na construção das ações da economia solidária e, em particular, das finanças solidárias. Se o território é construído pelas relações sociais, temos que enxergar as relações de poder em várias situações, seja na política institucional, nas organizações, nos movimentos sociais, nas famílias, nas escolas e nos empreendimentos de economia solidária.

“As finanças solidárias possuem uma posição privilegiada para a articulação territorial da economia solidária, não apenas na oferta do crédito, mas na proposição de espaços e fóruns de debates, no fomento a canais de comercialização, no apoio à construção ou fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e redes de cadeias produtivas solidárias”, analisa a Rede CFES–Nacional, no texto “Assessoria técnica em finanças solidárias”, de 2016, página 83.

Nessa ação é necessário ter claro o lugar do dinheiro. Milton Santos, em “Dinheiro e território”, de 1999, explica também que “O dinheiro aparece [na história das trocas] em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo, o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados.” (página 8). Este autor se refere ao dinheiro como símbolo do capitalismo que transforma tudo em ‘coisa’ e todas as trocas em um equivalente chamado dinheiro. A economia capitalista valoriza quem tem dinheiro. Ele é a medida que determina a posição que cada pessoa ocupa nesta sociedade.

As práticas da economia solidária mostram que é possível fazer economia com dinheiro e sem dinheiro, nas trocas e intercâmbios. O problema é que a economia foi reduzida a uma relação de compra e venda descontextualizada e despersonalizada e o vínculo social foi objetivado na moeda, no quantitativo. A economia foi, assim, desumanizada e despolitizada. A economia solidária tem buscado recuperar o sentido da ação econômica submetida à ação social e política, rejeitando a ideia de autonomia do mercado.

Neste texto, vemos a necessidade de entender dinheiro, relações de poder e território. Para o FBES, no relatório da sua V Plenária, de 2013, é necessário “olhar de perto as relações econômicas [...] e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo. Este desenvolvimento está contribuindo para uma sociedade mais justa ou a riqueza produzida não chega a trazer melhorias ao nosso entorno? Daí a importância de planejarmos nossas ações sem abrir mão da perspectiva do território, pois nos espaços de proximidade podemos trabalhar as dimensões da produção, da comercialização e do consumo de forma direta e articulada” (página 50).

Desta forma, caminhamos para o entendimento da importância de construir a ação da economia solidária tendo o território como referência de planejamento e fortalecimento das relações de proximidade e das redes. Isso vai determinar a autogestão das finanças solidárias como uma estratégia de superação dos problemas comuns e de promoção da convivência e reprodução ampliada da vida, com base nos vínculos e laços sociais e ambientais nos quais estão situadas essas iniciativas. Por exemplo, as experiências de fundo solidário para viabilizar cisternas para armazenar água da chuva para consumo ou produção têm a ver com a realidade do território do semiárido nordestino, dos sertões. A luta pelo acesso à água vem de muito tempo, e isso foi gerando o conhecimento de como garantir água com autonomia, sem subordinação aos velhos e novos coronéis com seus açudes cercados e seus carros-pipas.

“A estratégia principal é a promoção da articulação de iniciativas de naturezas diferentes numa perspectiva de diversidade e complementariedade de atividades socioeconômicas, que vão desde a produção de matérias-primas, sua transformação, passando pela oferta de serviços e o estabelecimento de uma relação diferente com os consumidores e a sociedade em geral”, afirma Ana Dubeux, em “Do acompanhamento de projetos ao desenvolvimento territorial”, escrito em 2017, página 79.

Nos territórios construídos socialmente, temos experiências de finanças solidárias que não usam a moeda ‘dinheiro’ como valor de troca, temos as que a usam e temos outras que usam a ‘moeda social’. Sobre estas diversas realidades iremos tratar nas páginas seguintes.





# ***As finanças solidárias***



Colocando-se como contraponto ao sistema produtivo-financeiro vigente, as finanças solidárias apresentam-se como algo concreto e viável para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Segundo o professor e economista Eduardo Girão, em “Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário”, de 2011, a prática das finanças solidárias, em especial dos fundos solidários, não é algo recente. Há registros de experiências do tipo no século XVIII e XIX, na Inglaterra, onde através da ‘Lending Charity’ se concediam fundos de caridade para pequenos negócios em Londres. Do mesmo modo, na Itália e na Alemanha, as primeiras experiências de crédito cooperativo também datam do século XIX. Um exemplo disso é o caso de Jonathan Swift, que criou um fundo rotativo de 500 libras para pequenos produtores que apresentavam garantia de dois vizinhos. Inúmeras outras experiências deste tipo podem ser encontradas na Irlanda, no Canadá, nos Estados Unidos e também no Brasil (página 9).

As finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional (bancos, financeiras de empréstimo, agiotas, entre outros) pelas regras de acesso e funcionamento muito diferenciadas, definidas pelas comunidades ou pelo conjunto de associados. **Sem exigências de garantias prévias em bens, as experiências de finanças solidárias buscam fortalecer e perpetuar relações de confiança, com base na reciprocidade (doações de ambos os lados da ação) e proximidade dos participantes dessas iniciativas e nos laços de solidariedade que se apresentam diante da busca de resolução dos problemas comuns.**

## **As finanças solidárias no Brasil**

No Brasil, as mais conhecidas organizações de finanças solidárias são os Fundos Rotativos Solidários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e as Cooperativas

de Crédito Solidário, criadas ao longo do tempo para atender às necessidades de pessoas, comunidades, sindicatos e associações de criar meios para garantir a produção, fazer festas comunitárias e casamentos, comprar remédios, reformar casas, consumir alimentos, fazer a cerca do roçado/sítio, fazer a cisterna para armazenar água de beber e de produzir, resolver problemas de transporte e, até mesmo, serviços funerários, entre outras demandas.

As práticas mais antigas de finanças solidárias organizadas no Brasil são os Fundos Rotativos Solidários, que, no Nordeste, teve sua trajetória ampliada de forma mais significativa nos anos 80 do século passado, através dos chamados Projetos Alternativos Solidários (PACs), ligados à Igreja Católica. A partir dos anos 1990, esse tipo de projeto ganha força junto aos movimentos sociais e às diversas outras igrejas como proposta concreta de atuação para a mudança das estruturas geradoras de empobrecimento e como forma de ação concreta para o ‘enfrentamento da seca’, segundo Ademar Bertucci e Roberto Alves Marinho, em texto de 2003.

Ao longo dessa trajetória de ação comunitária, percebe-se a rápida ampliação do número de entidades que começaram a trabalhar com algum tipo de reserva financeira para pequenos projetos produtivos, com crescente adesão ao modelo de Fundo Rotativo Solidário (FRS). Durante a década de 1990, essa prática recebeu grande estímulo em decorrência da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, campanha liderada por Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, em apoio a projetos de geração de renda, combate à fome e soberania alimentar. Nesse período, aumentaram significativamente os recursos da sociedade civil e da cooperação internacional para apoiar pequenos projetos comunitários.

Para alcançar os seus fins, as Finanças Solidárias “são uma alternativa de democratização, não apenas de acesso ao crédito, mas de gestão e participação das pessoas no processo econômico, tendo ainda o potencial de promover a inclusão

[socio]financeira e o desenvolvimento endógeno das comunidades nos territórios”, conforme descrito no texto “Assessoria técnica em finanças solidárias”, da Rede CFES–Nacional, em 2016 (página 78).

Entre as principais características das finanças solidárias, destacada por este texto (página 79), estão:

- A rearticulação das ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento do território, produção e organização comunitária/territorial;
- Em oposição à finalidade especulativa do sistema capitalista, as finanças solidárias têm como finalidade viabilizar a economia solidária, organizada para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável;
- Articulação com as dinâmicas de construção das identidades e desenvolvimento dos territórios;
- A não separação entre donos e usuários dos recursos financeiros, sendo os usuários dos recursos também donos/sócios/gestores, controladores das iniciativas de finanças solidárias;
- A viabilidade e sustentabilidade de suas iniciativas está baseada nas relações de confiança e no compromisso solidário que se estabelece entre os seus associados e beneficiários na execução das ações apoiadas pelas iniciativas das finanças solidárias e na autogestão dessas iniciativas”.

## **Os Fundos Rotativos Solidários (FRS)**

Os FRS “são uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda, sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou

grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária”, tal como definiram Ademar Bertucci e Roberto Alves Marinho da Silva, em texto de 2003.

Por meio dos FRS, os grupos/empreendimentos solidários e comunidades investem seus próprios recursos e criam formas de empréstimos com prazos e reembolsos

mais flexíveis e mais adaptados às condições das famílias. Com isso, quando se trata do uso monetário (com dinheiro), o financiamento é mais barato e mais acessível, favorecendo o acesso mais democrático ao crédito e estimulando a autonomia econômica e financeira dos participantes, como analisaram os estudos de João Roberto Lopes Pinto, Alzira Medeiros, Aline Mendonça e Gilberto Sztutman, no texto “Sistematização das experiências dos

Quer saber mais sobre as experiências de Fundos Solidários? Veja o vídeo *Cordel Fundos Solidários do Nordeste*, disponível em: <http://aspta.org.br/2011/07/cordel-do-fundo-solidario/>.

Veja também o vídeo *Fundos Solidários no Nordeste – “Tecendo Redes, entrelaçando vidas”*, da Fundação Esquel, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vheaC\\_m8bFQ](https://www.youtube.com/watch?v=vheaC_m8bFQ).

fundos solidários no âmbito dos Projetos do Convênio Banco do Nordeste (BNB) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE)”, de 2007, publicado pela Fundação Esquel, em 2009.

Um Fundo Solidário pode começar com dinheiro ou sem dinheiro. Pode ser organizado com trocas solidárias para fazer uma cisterna para guardar água para consumo e produção, ou para criar um banco de sementes ou resolver problemas de saúde. Podem também ser trocas de dias de trabalho para a colheita e o plantio... O fundo, ou as antigas caixinhas, são práticas antigas, vivenciadas por camponesas e camponeses e também nas comunidades quilombolas e nas periferias populares urbanas.

## **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**

“Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores”, de acordo com a definição da Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, citada por João Joaquim de Melo Neto Segundo e Sandra Magalhães em “Bancos comunitários”, de 2009, página 21.

Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão. No Brasil, a experiência pioneira é a do Banco Palmas, que inspirou a criação de outros similares.

O Banco Palmas surgiu em 1998, na periferia de Fortaleza (CE), e foi criado pelo povo simples da favela do Conjunto Palmeira. Na época, esse conjunto de 30 mil habitantes era uma comunidade que enfrentava graves problemas de habitação, saneamento, desemprego e desnutrição. Totalmente administrado pela comunidade, o Banco desenvolveu um sistema econômico próprio, que conta com linha de microcrédito alternativo (para produtores e comerciantes), instrumentos de incentivo ao consumo local (moeda social circulante – Palmas) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas. Observa-se aí



a noção de solidariedade coletiva, como afirmam ainda João Joaquim de Melo Neto Segundo e Sandra Magalhães.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento criaram moedas sociais próprias que são reconhecidas como instrumentos de troca, de acordo com as relações sociais estabelecidas em âmbito local (bairro ou município). O poder de compra e/ou troca do circulante local vai depender dos pactos políticos e da ação dos sujeitos, mulheres e homens em seus territórios e, em especial, com as prefeituras. A moeda social é criada por cada banco e seu nome carrega uma identidade e legitimidade social relacionada ao seu processo de criação, no qual estão envolvidos movimentos sociais que têm interesse na construção do banco e da moeda.

O banco deve ter lastro no Real, o dinheiro oficial reconhecido pelo Banco Central do Brasil. Para cada Real, o banco pode ter a mesma quantia em moeda social. Isso é importante para estabelecer a confiança entre quem investe no banco comunitário e pega a moeda social para fazer suas transações locais. O alcance da moeda vai depender da amplitude e poder das articulações sociais e político-institucionais, e isso é diferente em cada território. Esta estratégia visa aumentar a circulação de moeda com poder de compra no local e, com isso, criar meios para ampliar a produção e o consumo, dinamizando a economia local.

Tomando o exemplo da experiência do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo e Sandra Magalhães, no texto “Bancos comunitários”, de 2009, explicam que “a moeda palmas é indexada e lastreada em reais (1 palmas vale R\$ 1), o que permite aos empreendimentos produtivos da comunidade, como indústria, comércio e serviços, fazerem ‘câmbio’ sempre que precisarem repor seus estoques com produtos não fabricados no bairro.” (página 22). Para que isso se efetive, os empreendimentos que aceitam a moeda social oferecem descontos de 2% a 15% para quem dela se utiliza em compras e serviços.

Os BCD oferecem vários serviços e as moedas são produzidas em papel moeda, com marca d'água, código de barra e número de série para evitar falsificação. Tais bancos são associações formais, similares a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) de microcrédito.

## Cooperativas de Crédito Solidário

A cooperativa de crédito solidário é “uma associação autônoma de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídica própria, que atua como instituição financeira, constituída com a finalidade de propiciar crédito e prestar serviços financeiros aos seus associados, bem como contribuir para o desenvolvimento local ou territorial sustentável [...]” segundo a Rede CFES Nacional, em 2016, página 109.

As **cooperativas singulares de crédito** são sociedades constituídas por pelo menos 20 pessoas físicas e organizadas na forma de instituições financeiras que se destinam a estimular o desenvolvimento socioeconômico dos associados, mediante a formação de poupança e assistência financeira, além de prestar serviços inerentes à sua vocação societária e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades no âmbito de sua abrangência operacional.

Considera-se uma **cooperativa de crédito solidário** aquela que tem, entre seus objetivos estatutários, a contribuição para o desenvolvimento local ou territorial sustentável por meio dos serviços de financiamento de atividades produtivas, a partir de uma lógica que busca reduzir as desigualdades sociais e territoriais, promover formas ambientalmente sustentáveis de produção e fomentar o consumo de produtos regionais, entre outras características. Ou seja, tais cooperativas não se restringem ao financiamento do consumo de seus associados.

Elas criam mecanismos e condições de orientação e acompanhamento do crédito para a produção.

“No Brasil o cooperativismo de crédito iniciou em Nova Petrópolis/RS, no ano de 1902, por iniciativa do Padre suíço Theodor Amstad que em conjunto com outras

19 pessoas fundou a 1ª Cooperativa de

Crédito da América Latina”, segundo

Marcos Antônio Henriques Pinheiro,

em *Cooperativas de crédito: História da evolução normativa no Brasil*, publicado

em 2008, página 27.

Para complementar conhecimentos sobre as finanças solidárias, sugerimos a leitura do texto “Assessoria técnica em finanças solidárias”, no livro *Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária*, da Rede CFES-Nacional, 2016, páginas 71 a 124.

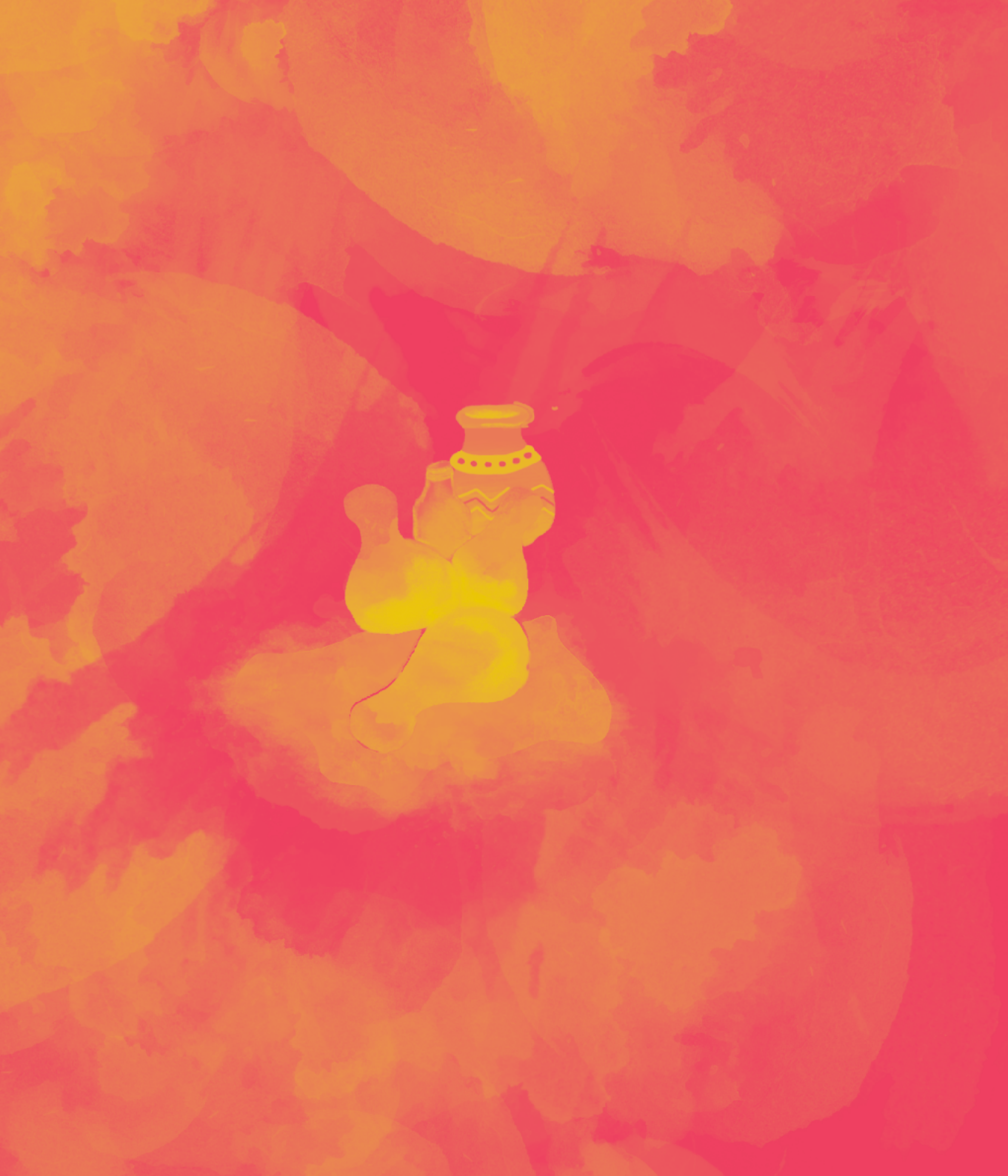
Entre as três modalidades de finanças

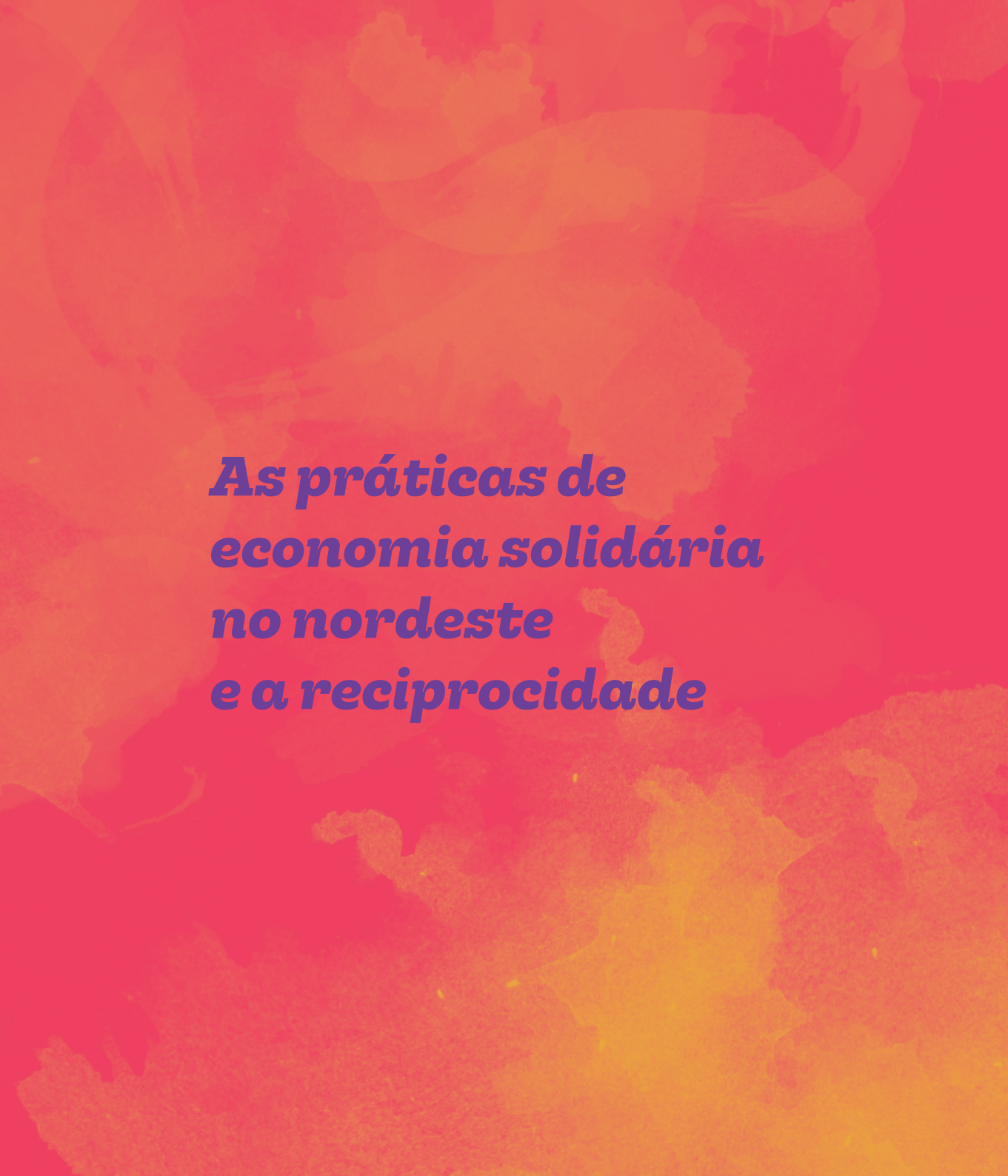
apresentadas, as cooperativas de

crédito são as de menor expressão no

Nordeste. Neste texto não iremos nos deter sobre essa experiência, pois não foram feitas pesquisas-ação sobre essas práticas.







***As práticas de  
economia solidária  
no nordeste  
e a reciprocidade***



Aqui vamos nos apegar de forma especial ao Nordeste, o que nos remete a visitar as práticas de organização política e econômica dos povos originários e comunidades tradicionais que historicamente habitam esta região.

**Se estiver interessada e interessado em estudar mais sobre isso, sugerimos a leitura dos cadernos “Autogestão” e “Povos Originários e Tradicionais”, desta coleção.**

A reciprocidade nas sociedades camponesas no NE do Brasil caracteriza-se por relações recíprocas na família; inter-relações entre gerações; prestações mútuas entre vizinhos; inter-relações no nível da comunidade; inter-relações nos mercados ou o lugar do mercado na promoção da reciprocidade, segundo Eric Sabourin, que vem estudando o assunto e, em 2011, publicou *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. É por meio da reciprocidade que se vivenciam a solidariedade e a cooperação historicamente, assentadas na confiança e na relação de proximidade.

Consideramos que as experiências mais marcantes das relações de reciprocidade são os mutirões e os fundos rotativos solidários. Para que se entendam as relações socioeconômicas da economia solidária no Nordeste, é preciso observar a cultura de trabalho dos povos e comunidades tradicionais e como esta se apresenta no trabalho artesanal, na gestão comunitária, na relação tempo e espaço, com a natureza e no comportamento com os mercados de trocas de bens e serviços, com dinheiro e sem dinheiro.

O historiador Eric Hobsbawm escreveu no livro *A era das revoluções* que “a primeira Revolução Industrial, no século XVIII, assinala uma transformação radical” (página 14). Karl Polanyi, que estuda a antropologia econômica, também fala nesse mesmo sentido em *A grande transformação: as origens de nossa*



*época*, livro publicado no Brasil em 2000. Ele afirma que a Revolução Industrial foi uma transformação tão violenta que expulsou dos territórios grande número de trabalhadores e trabalhadoras, quebrando seus vínculos sociais e destruindo a sua cultura, levando à miséria, à loucura e ao suicídio. Para este autor, “esta grande transformação” representa a modernidade ocidental, com a quebra da pluralidade dos princípios da economia e a autonomização do mercado, que se descolou dos outros princípios econômicos, como a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição. Este processo aconteceu na Inglaterra, na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e também no nosso continente, embora com diferenças profundas que marcam a relação do colonialismo com sua política de ocupação territorial e submissão dos povos originários nativos no século XV e XVI, bem como às estratégias de desenvolvimento a partir do século XX, após a II Guerra Mundial.

Ao longo da história do Brasil, persiste um processo de conflito e de resistência dos povos originários, que se soma à luta dos povos africanos sequestrados de suas terras e comunidades, engrossada por camponeses pobres que migraram da Europa para cá. Essas mulheres e esses homens resistem nas comunidades, assentamentos, vilas e favelas.

As práticas de reciprocidade são próprias das relações de proximidade dos povos tradicionais e originários. No território ‘ameríndio’, a reprodução social da vida não distingue natureza de ser humano e o sustento de todos deve ser visto como algo sagrado. Assim, a natureza, a terra, a água, os animais etc. não podem ser vistos como recursos econômicos porque não são mercadorias. Mercadoria é coisa da visão do branco ocidental.

Este povo nativo praticava e ainda pratica o mutirão. Todos e todas trabalham para a sobrevivência de toda a coletividade. Embora a invasão cultural tenha

quebrado alguns laços e identidades, podemos dizer que estes povos são os guardiões de saberes fundamentais à sustentabilidade do planeta.

Algumas práticas extremamente significativas desse modo de vida e organização foram vividas no século XIX e início do século XX em Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará, e em Canudos, na Bahia, através da partilha justa e solidária dos frutos do trabalho, mas essas comunidades foram brutalmente perseguidas e dizimadas pelos governos da época e seus aliados: os latifundiários.

Canudos, situada no sertão da Bahia, reuniu, no final do século XIX, por volta dos anos 1890, logo após a Proclamação da República, pessoas que buscavam novos horizontes, animadas por uma fé cristã em busca de uma terra prometida que lhes desse condições de vida digna. Elas buscavam uma organização social orientada por valores religiosos, sob a liderança do beato Antônio Conselheiro, que considerava que todos deveriam trabalhar para garantir a vida de todos. A comunidade construiu sua economia com base na

agricultura camponesa e no comércio local. Negava-se a pagar impostos ao Estado, visto que deste não recebia nenhuma proteção. Tentou praticar a igualdade nas relações sociais e defendia a justiça social. Foi destruída

**Se alguém tem maior curiosidade sobre o assunto, sugerimos assistir ao filme *Guerra de Canudos*, dirigido por Sérgio Rezende.**

por forças armadas de vários estados do Brasil, em aliança com latifundiários. Não foram poupados nem crianças e velhos. Todos foram dizimados e tiveram suas casas queimadas, bem como toda a produção e as instalações existentes.

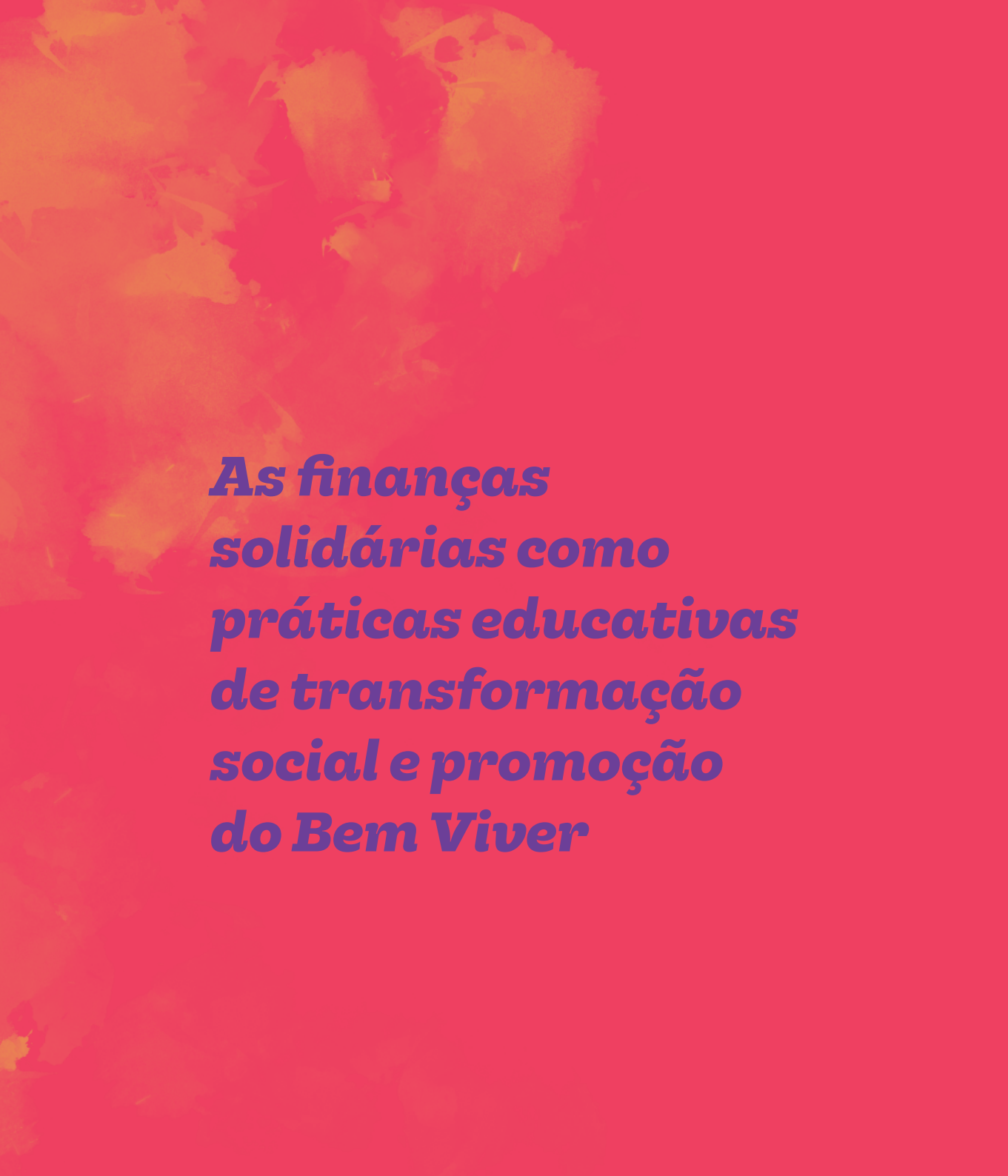
A comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará, foi instalada no início do século XX pelo beato José Lourenço, um fiel seguidor do padre Cícero.

As terras, distantes 33 quilômetros do Crato, foram doadas pelo líder religioso, segundo conta Regis Lopes em *O massacre do Caldeirão*, livro publicado em 2016. Segundo ele, Canudos não chegou a vivenciar a prática de igualdade como no Caldeirão. “Com a grande seca de 1932, mais pessoas chegaram ao local. O grupo só crescia. Geralmente se coloca o Caldeirão como fato importante da história do Ceará. Mas não é apenas um fato importante para a história do Ceará ou do Brasil. É importante para a história da humanidade. Não é um fenômeno regional. É o lugar onde se praticou o cristianismo da forma mais radical, mais legítima. Entre 1936 e 1937 ocorreu uma das perseguições mais ferrenhas da história cearense. Casas foram queimadas, camponeses foram mortos, pessoas fugiram para dentro das matas”, registra o autor na página 87 da obra mencionada. As forças do latifúndio perseguiram de maneira ferrenha e destruíram com armas uma tentativa de autonomia política e cultural dos povos que ali se juntaram. Naquele lugar, o povo tinha terra produzindo cereais e frutas, que eram divididos igualmente entre camponeses e camponesas. Era um contraste grande com as situações vizinhas das fazendas de latifundários.

Essas experiências das comunidades tradicionais camponesas têm servido de exemplo às lutas libertárias.







***As finanças  
solidárias como  
práticas educativas  
de transformação  
social e promoção  
do Bem Viver***



## **As finanças solidárias e a educação popular**

As finanças solidárias constituem-se em espaços concretos de **reconhecimento e valorização do saber popular e de produção de conhecimento**. Trata-se da visão de uma outra economia, que constitui, na verdade, um projeto de sociedade “que implica novos valores, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo”, conforme escreve Moacir Gadotti, na página 26 do livro *Economia solidária como práxis pedagógica*, de 2009.

A educação popular tem sido vista na sua expressão latino-americana como resultado das lutas sociais e políticas dos povos oprimidos e explorados para transformar sua realidade e condição de vida e também para construir uma outra ideia de educação. Podemos dizer que são exemplos dessas lutas a criação de uma educação libertadora, animada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a educação do campo, as experiências de educação de adultos no combate ao analfabetismo, entre outras. Como podemos ver, são diferentes práticas que buscam a construção de uma outra educação, relacionada com os conhecimentos e fazeres de uma outra proposta de sociedade, com uma outra visão de mundo. Assim, a educação popular busca romper com a visão elitista de que só tem conhecimento e educação quem vai para a escola e, principalmente, se for técnico ou doutor, homem e branco. Como diz Carlos Rodrigues Brandão, a educação é uma construção social e, portanto, precisamos pensar qual educação queremos para a economia solidária, a fim de construir um “outro mundo necessário e possível”. Nós, educadoras e educadores da economia solidária no Nordeste, optamos pela educação popular, comprometida com a busca de respostas capazes de transformar nosso mundo



e de construir outra economia e outras relações entre homens e mulheres e destes com a natureza.

A educação popular, na ideia de Paulo Freire, se faz popular pelo potencial de organização da classe trabalhadora e possui em sua essência a contestação do sistema político e da ordem econômica vigente. Essa teoria foi incorporada por grupos de educadores e educadoras, militantes e trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos populares para embasar suas práticas educativas e se fez também transformadora pelo teor político no trabalho educativo.

As finanças solidárias compreendem um processo educativo que permite olhar criticamente o mundo financeiro convencional (dos bancos, das financeiras, das compras a crédito com cartão etc.). A vivência em um Fundo Rotativo, num Banco Comunitário ou numa Cooperativa de Crédito é um fazer pedagógico constante, pois é necessário reinventar as formas de organizar a atividade econômica, compreender as relações de trabalho entre homens e mulheres e suas diferenças, as relações com o ecossistema, socializar as aprendizagens das iniciativas, enfrentando no dia a dia um sistema produtivo regido pelos valores da competição e do sucesso individual.

“A prática da economia solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade, e não mais pela competição”, escreveu Paul Singer, em 2005, no texto “A economia solidária como ato pedagógico”, página 15.

Para enfrentar esses desafios, precisamos refletir sobre nossas ações e delas retirar nossos ensinamentos, aprendizagens e conhecimentos. Essas práticas sempre têm um forte sentido educativo, pois são muito reveladoras das contradições e conflitos por que passam as pessoas, comunidades e associações,

quando lidam com o trabalho comunitário e coletivo, com relação a dinheiro, consumo exagerado, desperdício, e por aí vai...Essas experiências exigem de nós elaboração, construção e desconstrução de alguns valores. As ações educativas devem estar coladas a estas iniciativas como forma de contribuir para que as e os participantes sejam responsáveis por definir o que fazer, como fazer e para onde ir. Nessa perspectiva, os métodos de investigação sobre a realidade de nosso trabalho e as ferramentas pedagógicas e didáticas que usamos precisam estar em sintonia com a nossa visão de educação popular.

### **A pesquisa-ação como estratégia para a produção de conhecimentos na educação popular em economia solidária**

Para Michel Thiollent, a pesquisa-ação é um método para conceber e organizar uma pesquisa social que visa buscar conhecimento para a ação coletiva. Desta forma, supõe uma participação dos interessados e interessadas na própria pesquisa, organizada em torno de uma determinada ação, planejada para gerar mudanças dentro da situação investigada, conforme registra este autor no livro *Metodologia da pesquisa-ação*, de 2011. Assim, a pesquisa-ação é o meio de produzir conhecimentos que ampliem a capacidade de agir para transformar a realidade em que se vive.

Com esta perspectiva, as equipes das duas pesquisas-ação que nos inspiram neste texto construíram uma orientação metodológica com os sujeitos, mulheres e homens envolvidos nas experiências de finanças solidárias, sendo 5 famílias camponesas que compõem o Fundo Rotativo Solidário de Suínos da

comunidade de Tobias Ribeiro, em Juarez Távora, na Paraíba, e as conselheiras e conselheiros que integram o Conselho Gestor do Banco Rede Opala, em Pedro II, no Piauí, composto por associações vinculadas à Igreja Católica, como a Obra Kolping, os assentamentos da reforma agrária, comerciantes locais, artesãs e artesãos, além de órgãos da Prefeitura.

Partindo dessa compreensão, de modo geral, foram postas em prática algumas ferramentas pedagógicas, como oficinas para construção do resgate coletivo da trajetória de cada experiência, construção de linha do tempo, realização de leituras e estudo de documentos e textos (atas, fotos, entre outros), tudo isso objetivando o maior envolvimento e participação dos sujeitos, homens e mulheres. As equipes de pesquisa ressaltaram nos respectivos relatórios a importância de encontros coletivos como espaços de diálogo e argumentação para analisar a realidade, compartilhar saberes e elaborar ações.

A seu modo e tempo, cada pesquisa construiu objetivos para responder a questões de imediato ou de médio e longo prazos, visando criar meios dignos para a reprodução da vida a partir do conhecimento local e de seus recursos materiais. Deste processo, temos como resultado a reflexão política e metodológica de cada experiência isoladamente, com a identificação de seus potenciais e dos desafios a serem superados e, ainda, a construção de estratégias e ações de fortalecimento das mesmas em seus territórios. Apresentaremos nas páginas seguintes alguns debates e questões que são relevantes sobre estes estudos.





***A pesquisa-ação  
“Fundo Rotativo  
Solidário entre os  
criadores de suínos no  
agreste paraibano”***



As educadoras que realizaram esta investigação tomaram como referência para a pesquisa-ação o conceito de Fundos Rotativos Solidários elaborado por José Camelo da Rocha e José Waldir de Sousa Costa, no texto “Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido”, publicado em 2005. Esses autores entendem os “Fundos Rotativos Solidários (FRS) enquanto mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. [...] O termo ‘solidário’ confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às realidades políticas e econômicas excludentes.” (página 13).

A pesquisa-ação sobre o **Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos** coloca a seguinte pergunta mobilizadora para a investigação: qual a importância do fundo rotativo solidário para as famílias agricultoras e a comunidade? Talvez, para algumas pessoas, esta possa parecer uma pergunta simples demais para uma pesquisa-ação e, para outras, até mesmo uma pergunta óbvia. Talvez para as famílias envolvidas não haja dúvidas. A quem se dirige então o argumento? A qual público querem que chegue a sua experiência? Aqui reside um dos sentidos da pesquisa-ação, que é gerar e ampliar conhecimentos, a partir de um processo de argumentação coletiva sobre a ação e o contexto onde se desenvolve a experiência, para favorecer a maior capacidade de intervenção social dos sujeitos na sua realidade e criar pontes com outras localidades e sujeitos. É o que pretendemos abordar nas futuras linhas.

## **Quando e como surgiu o Fundo Rotativo Solidário**

As pesquisadoras Andreza Alves e Maria José Felipe Filha são agricultoras e técnicas extensionistas da agroecologia do brejo paraibano. Ao escreverem o relatório



da pesquisa, registraram na página 1 que a experiência dos fundos solidários na Paraíba “surgiu no ano de 1993, no Cariri Paraibano, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade”. Ainda de acordo com as pesquisadoras, o fundo tinha como objetivo “**criar uma forma** de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas, já que os municípios vinham enfrentando problemas no abastecimento de água, relacionados a uma forte seca, e falta de infraestrutura que suportasse um longo período de estiagem”.

No rastro da experiência pioneira no Brejo, nasceu em 2010 o grupo produtivo da comunidade Tobias Ribeiro, com o apoio do Projeto de Geração de Renda Vencer Juntos. As **redes de proximidade e os laços de amizade e confiança** existentes entre estas famílias de camponeses e a comunidade com a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Guarabira – PB permitiram o apoio para criar o FRS por meio do referido projeto. Vemos aqui a definição bem clara dos laços de reciprocidade.

## **A organização, os objetivos e a importância do Fundo**

A Pastoral da Criança/Projeto Vencer Juntos fez a doação inicial dos recursos para que cada família comprasse os porcos com carência de 6 meses para começar a devolução. Todos devolveram os recursos ao grupo após a venda dos animais. E assim se deu a constituição do fundo. De acordo com Andreza e Maria José, essas famílias passaram a ter uma pequena criação de suínos nos quintais de suas casas ou em seus sítios.

Esta região da Paraíba tem um histórico de criação desses animais e essas pessoas herdaram o conhecimento de seus pais. Por isso a moeda social do fundo gira em torno deste tipo de criação. Ou seja, o fundo potencializou um conhecimento

local e valorizou o saber e a tecnologia existentes para criar novas possibilidades de dinamizar a economia de base familiar e, com isso, expandir as condições de geração de trabalho para as pessoas da família, incluindo as e os jovens. Reside nesta questão, de acordo com a análise da pesquisa-ação, a importância do FRS.

A importância do fundo está em responder à necessidade das famílias de **ficar na sua terra**, junto com suas filhas e filhos jovens, **melhorar a alimentação, superar os problemas de saúde e, ainda, ter acesso à educação do campo**. Existe uma preocupação com a migração das e dos jovens, com seu futuro e perspectivas, pois “muitos jovens que atingem o ensino superior não querem ficar presos ao trabalho na ‘roça’ ou voltar para o assentamento de origem, pois muitos não enxergam o potencial produtivo de suas terras para a geração de renda”, conforme o *Relatório da pesquisa do Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos* (página 4).

De acordo com as educadoras responsáveis pelo estudo, na página 5 do relatório citado: “A venda da carne proveniente dessa criação é realizada no açougue, devidamente fiscalizado pela vigilância sanitária e pelo fisco municipal. Com o trabalho coletivo conseguiram instalar um abatedouro comum e uma câmara fria e um frigorífico na cidade onde fornecem carne suína de boa qualidade e sem uso de aditivos na ração”.

A pesquisa aponta que esta experiência aumentou a renda monetária das famílias envolvidas e tem trazido benefícios aos consumidores e consumidoras locais, por estar oferecendo um produto de origem local e controlado a um preço justo. A renda obtida com a comercialização de suínos tem garantido a sobrevivência das famílias e sua permanência na terra e na comunidade.

Entendemos que a renda monetária obtida é a poupança das famílias. Este tipo de criação de animais representa uma tradição na constituição de poupança

na economia camponesa. Ou seja, os animais são criados e vendidos em um determinado período para cobrir despesas emergenciais, fazer investimentos e celebrar nascimentos e casamentos, entre outros eventos.

Ao observar a participação dos camponeses e das camponesas em reuniões do FRS, as educadoras agricultoras paraibanas afirmam, no relatório da pesquisa: “percebemos que a maioria tem plena consciência da importância de seu papel para manutenção e funcionamento dos fundos. Percebemos que o fundo rotativo solidário tem construído valores relevantes dentro da comunidade, entre os quais destacamos o trabalho em mutirão, sendo solidário uns com os outros” (página 4).



## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***Agricultura familiar com base nos Fundos Solidários da criação de suínos na Paraíba***

**MARIA JOSÉ FELIPE  
FILHA E ANDREZA ALVES  
RODRIGUES GUIMARÃES**

O Fundo Rotativo Solidário é uma forma de ampliar a capacidade econômica das agricultoras e dos agricultores, melhorar as condições de trabalho, em especial, o trabalho em mutirão, construindo valores relevantes através da solidariedade dentro da comunidade, ampliando a confiança de uns com os outros. Assim, a pesquisa-ação elegeu a pergunta: Qual a importância do Fundo Rotativo Solidário para seus participantes e o que é significativo em suas práticas?

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) surgiram no Cariri paraibano, em 1993, na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. Com sua expansão, vêm sendo utilizados por vários outros grupos, a exemplo dos criadores e das criadoras de suínos da comunidade Tobias Ribeiro, em Juarez Távora, Paraíba.

Do ponto de vista teórico, concordamos com as contribuições de José Camelo da Rocha e José Waldir de Sousa Costa, que veem o FRS como mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária e da gestão compartilhada de recursos coletivos.

Através do relato de experiência do grupo da Comunidade de Tobias Ribeiro, composto por famílias agricultoras, pudemos conhecer a rica metodologia de

funcionamento do fundo e sua importância na atividade produtiva econômica da comunidade. O grupo recebe acompanhamento de entidades que atuam na educação popular em economia solidária e na agroecologia, refletindo sobre os instrumentos de finanças solidárias, a autogestão e o fortalecimento das pessoas e das famílias agricultoras.

Ao realizar a pesquisa-ação, coletamos informações nos registros encontrados com o grupo, como relatórios e atas, e nas entrevistas individuais e reuniões realizadas.

A pesquisa revelou que foi por meio do trabalho coletivo que as famílias aumentaram seus rebanhos de suínos, com a definição de critérios de acesso e de aquisição e manejo dos animais. Elas potencializaram o FRS ao construir alternativas integradas de comercialização e beneficiamento e ao instalar um abatedouro, com uma câmara fria e um frigorífico, que fornece à população do município carne suína de boa qualidade, sem uso de aditivos na ração.

As e os integrantes do grupo revelam ter consciência da importância de seu papel para a manutenção e funcionamento do FRS e o veem como uma experiência de solidariedade e confiança que promove o bem das produtoras e produtores e consumidoras e consumidores. Percebemos que ali existe uma vivência da autogestão por meio da realização de tarefas de forma organizada, distribuídas de forma igual entre os membros do grupo, desde o processo de criação, abate e refrigeração até o ponto de venda, gerando, assim, uma renda solidária para todo o grupo.



***A pesquisa-ação  
“As relações e  
interações entre o  
banco comunitário  
e a comunidade”***





O Conselho Gestor e a entidade gestora do Banco Rede Opala, núcleo de condução da pesquisa-ação, após alguns debates e diagnósticos sobre a realidade do banco, fizeram as seguintes perguntas: qual a comunicação que precisa ser construída entre o banco e os sujeitos que constroem a economia local, em especial, com as agricultoras e os agricultores do município de Pedro II? Como quebrar a resistência do comércio local em aceitar a moeda social opala?

A pesquisa teve como principal questão norteadora as dificuldades de visibilidade e divulgação (comunicação) dos serviços prestados pelo banco comunitário e de sua moeda social na região onde está inserido. Participaram deste processo representantes de diversos órgãos públicos e entidades ligadas ao movimento de economia solidária do Colegiado do Território dos Cocais, conforme registram Mauro Rodrigues da Silva, Maria Claudina dos Santos Oliveira e Tatiana Torquato no Relatório da pesquisa-ação As relações e interações entre o banco e a comunidade, abril de 2016.

Como construir uma ação local em rede, com uma diversidade tão grande de participantes? A construção de um banco comunitário é complexa por envolver sujeitos distintos, como associação de agricultoras e agricultores, associação de artesãs e artesãos, prefeitura, comerciantes locais, entre outros. O que pode levar a uma construção conjunta? Entendem alguns que é a descoberta do poder do consumidor e da consumidora. Entendem outros que é o aumento da produção local com maior arrecadação fiscal pelos órgãos públicos. Enfim, podem existir diferentes estratégias de acordo com a formação socioeconômica e a cultura do território e, principalmente, a possibilidade de construir pactos que contemplem os objetivos de todos e todas.

O Banco Rede Opala foi criado em 2012 e atua junto à comunidade na promoção do desenvolvimento local, instalando-se como correspondente bancário da Caixa

Aqui, órgão vinculado à Caixa Econômica Federal. Esta atividade permite ao Banco angariar alguns recursos com a obtenção de um percentual por cada operação de serviços prestados e por intermediar o pagamento de algumas contas.

Mobilizado pela articulação em torno da experiência do Banco Palmas (CE), um banco comunitário de desenvolvimento orientado pela necessidade de criar uma 'rede local de prossumidores', em que cada morador e moradora é, ao mesmo tempo, produtor e produtora, consumidor e consumidora e ator social de transformação, o Banco Rede Opala se insere na Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em 2014.

Entenderam o pesquisador Mauro Rodrigues e as pesquisadoras Maria Claudina e Tatiana Georgina que, para criar um diálogo e dar visibilidade à ação do Banco Rede Opala, seria necessário repensar a divulgação do Banco e a importância da moeda social para o comércio local. Vale ressaltar que esse desafio está presente em todas as experiências de finanças solidárias e nos leva a pensar sobre que comunicação realizamos com as pessoas, comunidades e grupos que participam de nossas experiências de finanças solidárias.

Algumas vezes confundimos comunicação com marketing. E, por sua vez, o marketing está vinculado a uma ideia de produto e a uma determinada relação com as consumidoras e os consumidores na qual tudo é mercadoria.

A comunicação popular para aproximar a ação do BCD precisa estar diretamente ligada ao entendimento de que, através dela, podemos aprender, trocar informações, refazer leituras, multiplicar conhecimentos e aprofundar as relações de transparência e gestão compartilhada.

Para vivenciar a economia solidária, precisamos estar interligados e em sintonia, com confiança, cooperação e solidariedade, de modo a assegurar a construção de nossos objetivos.

“Nas finanças solidárias, a participação das pessoas no processo de decisão do banco é importante para o desenvolvimento local. Sendo o Banco Rede Opala um BCD, precisa atuar diretamente na construção de relações diferentes da relação financeira praticada pelos bancos convencionais. Porém, há dificuldades para tornar o banco mais próximo dos produtores e produtoras e consumidores e consumidoras e de aceitação da moeda social pelo comércio local”, explica o resumo da pesquisa, disponível no final deste caderno.

Entende-se que esta pesquisa-ação está em curso e segue com as ações no sentido de identificar os motivos para que a moeda Opala não seja usada mais amplamente no comércio local, além de buscar estruturar as diferentes estratégias de participação dos sujeitos sociais no conselho gestor do banco.

De acordo com o debate proporcionado pela pesquisa-ação, alguns conselheiros e conselheiras consideram que “o banco tem colaborado e muito com os pequenos empreendimentos no fortalecimento de seus negócios, na valorização de seus produtos e na divulgação dos mesmos, o que traz para discussão a importância de revitalizar este processo”, conforme registrado na página 9 do relatório da pesquisa. Outras pessoas consideram que “o banco ajuda as comunidades a se desenvolverem visando ao seu bem comum”, como atesta o relatório na página 11.

## RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

# **As relações e interações entre banco comunitário e a comunidade**

**MAURO RODRIGUES DA SILVA,  
M. CLAUDINA DOS S. OLIVEIRA  
E TATIANA G.M. TORQUATO**

As finanças solidárias integram um conjunto de ações que, ao serem vivenciadas, nos transformam e nos humanizam. Por esse motivo, decidimos investigar os desafios presentes na interação entre a comunidade de Pedro II, no Piauí, Território dos Cocais, e o Banco Rede Opala, que tem a moeda social Opala em circulação local.

O Banco Rede Opala tem inspiração na experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento, Banco Palmas (CE), que se orienta pela noção de solidariedade coletiva e pela necessidade de criar uma *rede local de prossumidores*, em que cada morador e moradora é, ao mesmo tempo, produtor e produtora, consumidor e consumidora e ator social de transformação.

Nas finanças solidárias, a participação das pessoas no processo de decisão do banco é importante para o desenvolvimento local. Sendo o Banco Rede Opala um BCD precisa atuar diretamente na construção de relações diferentes da relação bancista praticada pelos bancos convencionais. Porém, há dificuldades para tornar o banco mais próximo dos produtores e produtoras e consumidores e consumidoras e de aceitação da moeda social pelo comércio local.

Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Monica Vilaça e Shirley Santos nos apoiaram nesta jornada com referenciais teóricos e metodológicos sobre a construção de conhecimentos a partir da experiência no chão de vida e trabalho e no sentido de pensar estratégias de comunicação popular fora do marketing empresarial.

A oficina realizada foi um espaço de aprendizado, com intercâmbio de experiências entre as agricultoras e agricultores familiares, artesãs e artesãos locais, para resolver problemas cotidianos, revelar e valorizar as riquezas locais e territoriais, os saberes e fazeres da comunidade, visando ao fortalecimento das suas atividades e da economia solidária.

Compreendemos que o envolvimento dos sujeitos da ação é condição para a construção de novas relações. Mas envolver no sentido íntegro da palavra: pensar juntos, fazer juntos, e cada um falar e ser entendido por todos. Sentir isso na prática, vivenciar essa construção de novas relações é bem diferente do que apenas entender e compreender teoricamente os laços de confiança e solidariedade.

Assim, a pesquisa-ação buscou contextualizar a ação do Banco Rede Opala no território e criar estratégias para dar visibilidade ao uso da moeda social, principalmente para tornar mais popular os serviços prestados pelo BCD, por meio de ações educativas e de sensibilização junto a várias organizações e movimentos sociais, mas, principalmente, junto a quem está necessitando da moeda social Opala.





***As pesquisas e seus  
aprendizados***



As práticas de finanças solidárias pesquisadas, assim como as demais experiências vividas Nordeste afora, são manifestações de solidariedade coletivas nestes territórios. Reavivam o sentimento de cumplicidade e respeito, originários de uma cultura ancestral, que, apesar das desigualdades estruturais nas relações sociais, ainda persistem.

A interação entre as experiências de economia solidária e seus participantes gera aprendizagens que possuem muitos significados. A participação efetiva dos sujeitos da pesquisa mulheres e homens, ocorre se for direcionada a algo em comum, estabelecendo proximidade entre as pessoas e gerando processos de troca de saberes.

O amadurecer das práticas de autogestão apresenta-se como necessidade permanente nas experiências de finanças solidárias. Essa é uma realidade pertencente à maioria delas, como foi revelado pelas duas pesquisas, e é também a realidade da maioria das experiências de economia solidária. É preciso enfrentar a falta de preparo em lidar com os conflitos de interesses, a cultura individualista e a ausência de visão coletiva de desenvolvimento.

Não é possível mudar a produção/comercialização/consumo sem um amplo trabalho educativo, acompanhado de uma comunicação que dialogue com a cultura local e reflita as necessidades e aspirações de um mundo melhor e mais justo dos e das integrantes de iniciativas econômicas solidárias.

Para a consolidação das experiências de finanças solidárias, esse processo de aproximação entre os membros aprofunda as relações de confiança, tornando-se propulsor e viabilizador da democracia e da transparência, fortalecendo os vínculos e contribuindo diretamente para o êxito de tais iniciativas.

Frente ao debate gerado pelas pesquisas-ação e pela reflexão presente no movimento de economia solidária, considera-se que:

- Os fundos rotativos organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente, que proporcionam tanto apoio aos seus membros como à comunidade, privilegiando principalmente as agricultoras e os agricultores familiares, a agroecologia e as mulheres e jovens, segmentos prioritários para as experiências de finanças solidárias.
- Os bancos comunitários de desenvolvimento têm como principal objetivo a reorganização das economias locais, apropriação dos meios de produção e financeiros, através do crédito, e autogestão na produção do desenvolvimento de determinado território.

Assim como descrito na *Carta dos Fundos Solidários do NE*, de 2013, e ampliando aqui a concepção para o conjunto das finanças solidárias, estas “são práticas e processos de gestão coletiva de recursos, voltados para a sustentabilidade local e territorial e para a mobilização social e que se constituem como espaços geradores de riquezas e saberes que têm se estabelecido como importante Escola de Libertação e Espaço de Resistências, onde está sendo gestado outro modelo de desenvolvimento, e provocando a ampliação da democracia para o nível da participação efetiva. Se constituem em Patrimônio das Comunidades, o que evidencia grande contribuição para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar, hídrica e nutricional, para a agroecologia e para a economia solidária. Garantindo ainda o protagonismo e autonomia das mulheres e jovens e demais sujeitos envolvidos”. Isso também ficou demonstrado nas duas pesquisas-ação realizadas.



***Finanças solidárias  
e políticas públicas***



A Conferência Temática “Economia e democracia: políticas de financiamento, finanças solidárias e ambiente institucional para a economia solidária”, realizada em maio de 2014, deixa claro no documento final que “Quando propomos a construção de outra economia, a partir dos princípios da economia solidária, estamos falando ao mesmo tempo de economia e democracia. Uma primeira dimensão dessa relação diz respeito à democratização da riqueza produzida socialmente que, no capitalismo, é expropriada dos trabalhadores de forma privada e em nome da multiplicação do lucro de poucos. Na economia solidária, a defesa do trabalho associado impõe uma visão radical de apropriação coletiva dos processos e meios de produção, e do trabalho como centro da produção do bem viver. Aqui, a ideia de democracia não se limita ao que se considera sua dimensão política, mas como princípio de igualdade, que deve basear a economia, o estado e a vida em sociedade”. (página 4)

Por que não **investir recursos públicos e criar ambiente normativo adequado para promover a inclusão financeira da população de uma maneira emancipatória, com desenvolvimento territorial, a partir dos princípios da Economia Solidária?**

O que vemos é que o Estado fornece tudo o que é necessário para manter o sistema financeiro capitalista funcionando de uma maneira estável, principalmente em momentos de dificuldades.

Seguindo uma proposição da articulação dos fundos solidários, a Conferência Nacional Temática “Economia e democracia”, já mencionada, definiu que os programas de políticas públicas de apoio às finanças solidárias devem conter os seguintes parâmetros e diretrizes:

- “• Sejam construídas a partir do acúmulo das experiências e práticas de Fundos Solidários, Banco Comunitários e Cooperativas de Créditos Solidário, existentes nas suas mais diferentes formas de manifestação e que sejam promotoras do protagonismo e do fortalecimento da cidadania dos sujeitos coletivos, grupos, comunidades, trabalhadores, garantindo a participação nos espaços de decisão e controle social;
- Possibilitem a integração com as demais políticas e a articulação entre os três níveis de Estado: federal, estadual e municipal;
  - Incorpore a concepção de Desenvolvimento Sustentável e Solidário: econômico, social, cultural, ambiental e político;
  - Disponibilize fontes de recursos diversificadas, asseguradas em orçamento, e fundos não retornáveis ao financiador”.

Diante do atual contexto político, temos uma sociedade em ebulição, com choques profundos que se espalham pelo país. As propostas de reformas (das leis trabalhistas, de flexibilização das relações de trabalho e da reforma da previdência) do governo atual e de parte dos congressistas retrocedem décadas nos direitos sociais conquistados.

O governo federal atual tem realizado cortes no orçamento público com sua estratégia de diminuição do Estado, inviabilizando as políticas públicas de economia solidária, entre outras. Aposta-se no desenvolvimento baseado na expansão e concentração do capital e no motor contínuo do crescimento econômico para aumentar o lucro do capital, principalmente de bancos e outras instituições financeiras.

É importante, em tempos assim, fortalecer os nossos vínculos políticos, sociais e fraternos e seguir avançando na efetivação de direitos, bebendo das fontes que nos alimentam e nos animam. Não há direitos sociais sem luta.

No documento final da Conferência Temática citada, chama-se a atenção ao fortalecimento e ampliação do FBES, a fim de articular outros movimentos sociais populares. Neste momento é necessário refletir sobre a incidência política no Conselho Nacional de Economia Solidária, bem como nos conselhos estaduais, para evitar a cooptação dos movimentos em prol da legitimação de uma política que não traz consigo a perspectiva emancipatória e do Bem Viver.

Assim como descrito na *Carta do Encontro dos Fundos Solidários*, que aqui ampliamos para as finanças solidárias em geral, que as finanças solidárias sejam reconhecidas pela forma democrática de fazer economia e pelo compromisso firme de promover a sustentabilidade e fortalecer a autonomia das comunidades, com esforços pela justiça, pela paz e a alegre celebração da vida!

***A solidariedade  
Veio ser plano de fundo  
E com os seus benefícios  
Contagiou todo mundo;  
Se um precisa outro vem  
Ajudar ao que não tem  
Num gesto de amor profundo.***

**(MANOEL MONTEIRO)**



# Referências

- Ana DUBEUX. “Do acompanhamento de projetos ao desenvolvimento territorial: uma análise da metodologia das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil”. Revista de Economia Solidária. n.10, dez. 2016 Portugal: Aceesa – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico.
- Ana DUBEUX; Alzira MEDEIROS; Mônica VILAÇA; Shirley SANTOS. “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação”. In: Ana Dubeux; Alzira Medeiros; Mônica Vilaça; Shirley Santos (Org.). A construção de conhecimentos em Economia Solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2012.
- Andreza ALVES; Maria José FELIPE FILHA. *Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos no agreste paraibano*. Relatório da pesquisa-ação–CFES-NE. Abril 2016.
- Ademar BERTUCCI; Roberto Marinho ALVES DA SILVA. *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC a EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- Articulação dos Fundos Solidários. *Carta dos Fundos Solidários do NE*. Fortaleza, maio de 2015.
- Carlos RODRIGUES BRANDÃO. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Claudia LIMA. *Cartilha de Boas Práticas de Economia Solidária no Brasil*. Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Centro de Estudos e Assessoria. Maio de 2016.
- Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). *Cartilha dos Fundos Solidários*. Porto Alegre: CAMP, Ago. 2012.
- Eduardo Girão SANTIAGO. “Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário”. *Cartilha Fundos Solidários*. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8503350-Cartilha-fundos-solidarios-instrumentos-para-o-desenvolvimento-territorial-solidario.html>>. Acesso em 15 de março de 2017.

- Eric J. HOBBSAWM. *A Era das Revoluções*: Europa 1789-1848. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 14ª ed., v.13 do Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- Eric SABOURIN. *Sociedades e organizações camponesas*: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Documento Síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012. Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>. Acesso em: 10/03/2017.
- Genauto Carvalho FRANÇA FILHO. “Economia solidária e movimentos sociais”. In: Rede de Gestores; Senaes; Centro Josué de Castro. (Orgs.). *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- João Francisco Pereira CABRAL. “As classes sociais no pensamento de Karl Marx”. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/as-classes-sociais-no-pensamento-karl-marx.htm>>. Acesso em: 24/05/2017.
- João Joaquim de Melo NETO SEGUNDO; Sandra MAGALHÃES. “Bancos comunitários”. In: *Mercado de Trabalho*. n.41. IPEA, nov. 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt41\\_10\\_Eco\\_Bancos\\_41.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt41_10_Eco_Bancos_41.pdf)>. Acesso em: 30/04/2017
- João Roberto Lopes PINTO; Alzira MEDEIROS; Aline MENDONÇA; Gilberto SZTUTMAN. “Sistematização das experiências dos fundos solidários no âmbito do convênio Banco do Nordeste (BNB) e Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE. In: Fundação Esquel (org). *Fundos Solidários*: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Caderno 2 – Experiências de Fundos Solidários. Brasília: Fundação Esquel, 2009.
- José Luis CORAGGIO “Economia do trabalho”. In: Antônio Davi Cattani (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- Karl POLANYI. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- Mauro Rodrigues da SILVA; Maria Claudina dos Santos OLIVEIRA; Tatiana Georgina TORQUATO. *As relações e interações entre o Banco*

- Comunitário Rede Opala e a comunidade.* Relatório da pesquisa-ação-CFES-NE. Piauí, abril de 2016.
- Marcos Antônio Henriques PINHEIRO. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 6.ed. Brasília: BCB, 2008.
- Michel THIOLENT. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- Milton SANTOS. “O dinheiro e o território”. *GEOgraphia*, Ano 1, n.1, 1999. Niterói: UFF, Instituto de Geociências. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/2/2>>. Acesso em: 13/05/2017.
- Moacir GADOTTI. *Economia solidária como práticas pedagógicas*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- MTE.Conselho Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego. *1º Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*. Resolução nº 06, de 26 de março de 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes/resolucoes/item/547-plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 4 de maio de 2017
- Nancy FRASER. *¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a la justicia en una época “postsocialista”*. 1997. Disponível em: <<http://caladona.org/grups/uploads/2008/01/de-la-redistribucion-al-reconocimiento-dilemas-en-torno-a-la-justicia-en-una-epoca-postsocialista-nancy-fraser.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2017.
- Paul SINGER. “A economia solidária como ato pedagógico”. In: Sônia M. Portela KRUPPA (Org.). *Economia Solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005.
- Paul SINGER. “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição”. In: Paul SINGER; André Ricardo de SOUZA. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- Paulo FREIRE. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Rede CFES–Nacional. *Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em Economia Solidária*. Brasília: CFES Nacional; Cáritas Brasileira, 2016.

Rede CFES–Nacional. Assessoria Técnica em finanças solidárias. *Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em Economia Solidária*. Brasília: CFES Nacional; Cáritas Brasileira, 2016.

Regis LOPES. *O Massacre do Caldeirão: história oral do 11 de setembro de 1936*. Fortaleza: Edições da História Livre de História, 2016.

Roney R. RANGEL; Maria Kustner Manolescu FRIEDHILDE. “Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica”. *Revista REGS – Educação, Gestão e Sociedade*. Revista da Faculdade Eça de Queirós. Ano 2, n.8, dez. 2012. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509154022.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509154022.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2017.

ROCHA, José Camelo da. e COSTA, José Waldir de Sousa. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. *Agriculturas*, Rio de Janeiro: AS-PTA, vol. 2, n. 3, p.12-15, out. 2005.

SENAES/MTE. Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional

para a Economia Solidária. *III Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília/DF: maio de 2014. Disponível em: <[http://www.coopcentabc.org.br/documentos/conferencia\\_estadual\\_economia\\_solidaria\\_sao\\_paulo/010\\_Economia\\_e\\_Democracia\\_Políticas\\_de\\_Financiamento\\_Financas\\_Solidarias\\_e\\_Ambiente\\_Institucional\\_para\\_a\\_ES.pdf](http://www.coopcentabc.org.br/documentos/conferencia_estadual_economia_solidaria_sao_paulo/010_Economia_e_Democracia_Políticas_de_Financiamento_Financas_Solidarias_e_Ambiente_Institucional_para_a_ES.pdf)>





**Rede CFES**  
Formação e Assessoria Técnica  
Nordeste



**FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES**  
F A D O R P E

DEPARTAMENTO  
DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

SUBSECRETARIA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO  
TRABALHO

